

1. APRESENTAÇÃO

Pensar na elaboração de um Projeto Político Pedagógico é pressupor mudanças. A própria palavra projeto dá uma idéia de movimento, de futuro. De acordo com Gadotti apud Veiga (2001), projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se... E um projeto voltado para a educação pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.¹

A concepção política, que perpassa no projeto, envolve valores, por isso pressupõe compromisso com a formação do cidadão e/ou sujeito para viver em um determinado tipo de sociedade. E o pedagógico é o que define a intenção das ações educativas das instituições de ensino. Portanto, construir um projeto político pedagógico, significa pensar e refletir a qualidade de cidadão que queremos formar, que saberes se pretende priorizar e que tipo de sociedade se almeja para o futuro, articulado, é claro, aos interesses e necessidades da região, principalmente.

Em cumprimento ao que determina a Resolução CNE/CSE nº 9 de 29 de setembro de 2004 e em consonância com a realidade regional, a Faculdade de Direito do Campus de Marabá, atenta às novas demandas sociais, às alterações da Legislação, assim como às mais recentes discussões estabelecidas sobre os cursos da área jurídica, apresenta esta nova proposta de um Projeto Político Pedagógico. Sua construção aconteceu no decorrer de reuniões periódicas de professores, alunos e técnicos em assuntos educacionais nas dependências da Faculdade de Direito e teve como ponto de partida o conhecimento da realidade, principalmente do município de Marabá e dos circunvizinhos, visto que, uma das maiores críticas com relação às IES no Brasil é o distanciamento das condições objetivas da sociedade.²

O PPC da Faculdade de Direito, que ora apresentamos, reflete o compromisso dos sujeitos que compõem a referida Faculdade em relação à transformação da sociedade brasileira, mais especificamente a regional. Por ter sido construído coletivamente, representa o pensamento e a concepção de mundo da grande maioria da comunidade acadêmica do curso, assim como a intencionalidade da instituição. Ou seja, transcende a questão do fazer pedagógico, do ensinar e aprender, mas explicita os fundamentos teórico-metodológicos, as ações a serem

¹ VEIGA, I.P.A. (org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. 23ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2001.

² Projeto Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: Ciência do Estado e Governança Social. Silvia Mendes Berti (presidente), junho/2008.

implementadas, os objetivos, a avaliação e a visão político-pedagógica dos professores, técnicos e alunos que, coletivamente, elaboraram este Projeto.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Histórico do Curso

A primeira Faculdade de Direito do Brasil foi instalada no antigo convento do Largo do São Francisco em São Paulo no dia 11 de agosto de 1827, poucos anos após a Proclamação da Independência do Brasil. O objetivo inicial da Faculdade seria formar governantes e administradores públicos capazes de conduzir e/ou administrar o país recém-emancipado. Em 1930, o prédio foi incendiado e demolido, sendo construído no mesmo local o prédio das Arcadas da Faculdade de Direito, inaugurado em 1934. O projeto, de Severo Villares, tinha um estilo eclético: uma mistura de elementos barrocos ou neoclássicos. Personagens ilustres passaram por ali, como por exemplo, Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco e outros. Desta Faculdade surgiram os mais notáveis movimentos políticos da história do País, dela emergiram 9 (nove) presidentes da República.³ A Faculdade de Direito foi a primeira a integrar a atual Universidade de São Paulo.

No Estado do Pará, mais especificamente em Belém, a Faculdade Livre de Direito conseguiu aprovar o seu primeiro estatuto em 11 de janeiro de 1902, portanto, o curso teve início no Séc. XX. A Faculdade Livre de Direito, a primeira Instituição de Ensino Superior do Estado do Pará e da Amazônia, foi instalada em um casarão situado na Praça da Trindade e reconhecida pelo Decreto 4.904 de 27 de julho de 1903. Era mantida pelos cofres estaduais até 1930.

Em 1931, através do Decreto nº 486 de 17 de setembro, a Faculdade deixa de ser Livre e passa a ser Estadual denominada Faculdade de Direito do Pará, sendo federalizada em 4 de dezembro de 1950 por força da Lei 1.254, constituindo, na mesma década na Universidade Federal do Pará, criada pela Lei Federal nº 3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo presidente da República Juscelino Kubitschek. O primeiro Reitor nomeado por Decreto Presidencial foi o Prof. Dr. Mário

³ www.direito.usp.br - acessado em 27.08.2008

Braga Henriques. Até a década de 70 a UFPA era a única Instituição que ofertava o curso de Direito no Estado do Pará.

Em 1986, através da Resolução 1.355 de 3 de fevereiro de 1986, a UFPA implantou o Programa de Interiorização sob a perspectiva de ampliar e efetivar o papel da Instituição junto à sociedade. O objetivo inicial do Programa seria de qualificar professores da rede pública, nas diversas áreas de ensino, uma vez que, na época, era a principal demanda do interior do estado. A grande maioria dos professores não possuía Licenciatura e/ou formação específica para desenvolver suas atividades. Os primeiros cursos de licenciatura foram ofertados em regime intervalar, ou seja, somente em período de férias das escolas.

No Campus Universitário de Marabá, foram implantados, em 1986, cinco (05) cursos na modalidade acima referida (intervalar): Letras, Matemática, Pedagogia, História e Geografia. Com a crescente expansão populacional e econômica da região Sul e Sudeste do Pará e a alta incidência de conflitos agrários, de exploração e extração de minérios, entre outros, surgiram outras demandas que exigiam outro tipo de pessoal qualificado; dentre estas, destaca-se o curso de Direito. A UFPA, conhecedora de todos os problemas acima citados, criou através da Resolução nº 2.129 de 18 de outubro de 1993, o curso de Direito nos Campi de Marabá e Santarém.

Em Marabá, a primeira turma iniciou suas atividades acadêmicas no 2º semestre de 1994. Nessa época o curso contava com apenas um professor substituto da disciplina Introdução Estudo do Direito. Portanto, no primeiro semestre da turma só foi ofertada uma disciplina específica do curso, as demais foram de outras áreas das Ciências Humanas. Até 1997, a contratação de professores ocorria através de concurso público, mas em caráter temporário. Somente em 1998, foram destinadas as primeiras vagas para professor efetivo para o curso de Direito do Campus de Marabá.

No decorrer de todos esses anos, “a Instituição tem se mantido firme no propósito de consolidar e ampliar o seu Programa de Interiorização, agora sob a égide de um novo modelo, dinâmico e flexível...”⁴ O curso em questão tem passado por diversas transformações, tanto em termos curriculares como na própria visão de mundo da comunidade acadêmica que o compõe. Por força de todas essas

⁴ PROF^a.DR^a. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas – Universidade Multicampi: Conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005/ Universidade Federal do Pará. Belém: EDUFPA, 2005.

mudanças e, ainda, da resolução CNE/CSE nº 9 de 29 de setembro de 2004, os cursos das IES estão reformulando e/ou formulando um novo Projeto Político Pedagógico.

2.2. Justificativa

O Curso de Direito de Marabá está inserido em região que se pode afirmar como integrante da chamada área de fronteira agrícola, ou de expansão agromineral. Esta situação perdura desde o início da década de 1970 do século XX com a descoberta de riquezas minerais em Carajás, quando se aferiu o enorme potencial mineral da região e a possibilidade de sua exploração. Neste ínterim ainda se pode assinalar a presença do Exército brasileiro em razão da Guerrilha do Araguaia que se desenrolou nas cercanias de Marabá, nas cidades de Xambioá, São Geraldo e São Domingos do Araguaia. Este embate hoje pode ser visto entre duas concepções políticas, mas que no fundo possuíam o mesmo caráter nacionalista, embora se possa dizer que se o governo federal àquela época completamente militarizado, saiu vitorioso da disputa, que chegou ao campo militar apenas em razão de um acontecimento fortuito, que foi a construção da Rodovia Transamazônica, quando se descobriram a existência dos grupos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil que pretendia implantar uma guerra de guerrilha de cunho maoísta, isto é, camponesa, mas que antes de estar consolidada foi descoberta pelos serviços de informação do governo central. Este item é assinalado em razão do fato de que o mote principal dos guerrilheiros era justamente a questão fundiária, a luta pela terra, demonstrando que estavam corretos do ponto de vista estratégico, porque esta se revelou nos anos seguintes a questão crucial da região, permanecendo até hoje como sendo um de seus problemas mais importante e que persiste como irresolvido. Inclusive diante desse quadro é que os setores governamentais procuraram implantar um sistema de colonização que acabou por não dar certo, aproveitando-se da inserção que a estrada fazia no *hinterland* amazônico.

Com mais de trinta anos após esse acontecimento, a questão agrária e fundiária persistem, se é que se pode diferenciá-las, impondo um ritmo diferenciado ao desenvolvimento local e regional; somando-se a elas, também como importante elemento de sua complexidade, a questão ecológica, que poderíamos chamar de “desenvolvimento regional sustentável”. Assim, ante toda a problemática que a

questão fundiária e agrária demanda, pois como dissemos permanecem irresolvidas, gerando toda sorte de conflito, alguns deles de cunho social tremendo, com sérios reflexos na administração pública local e no nível de vida da população regional; na atualidade surgiu nova complexidade, que é o aproveitamento racional do uso da terra e de seus recursos naturais, causando ainda, maior dificuldade e necessidade de implantação de políticas públicas sérias e objetivadas para a minoração desse quadro conflitual. Assim, a região é um foco permanente de conflitos de toda a natureza, nela se caracterizando um *locus* emblemático em razão de que convivem, lado a lado, diversos sistemas econômicos - ou *práticas* econômicas -, das mais adiantadas; algumas com recurso às últimas novidades no campo tecnológico e de reengenharia administrativa, como é o caso da própria Companhia Vale do Rio Doce S/A, hoje cognominada apenas Vale, e suas coligadas; e do outro lado, práticas que remontam ao mais atrasado sistema de servidão, que é o chamado *aviamento*, para se ter apenas um exemplo.

Deste modo, à disputa pela posse da terra, a presença dos chamados grandes projetos - cujo exemplo mais próximo é o Programa Grande Carajás, hoje extinto, revelando-se apenas a faceta megalomaniaca da Ditadura Militar, soma-se a agricultura de subsistência, confrontada com a exploração agropecuária de forma extensiva, fazendo surgir uma acirrada luta pela posse da terra rural que redundou e infelizmente ainda redundando em violência seletiva, já que são assassinados justamente os líderes rurais; o fracasso dos planos de colonização e/ou reforma agrária na região, e ainda, como um toque final, a exploração garimpeira, fez com que a região fosse assoberbada de modo impensável por uma intensa migração que causou um inchaço vertiginoso das cidades locais, quase todas, em sua imensa maioria, sem condições estruturais de receber tamanho aporte de pessoas, revelando-se assim, o problema habitacional, conjugado com uma insuperada crise dos serviços públicos municipais, que não possuem condições de suportar a intensidade da demanda a que foram submetidos; sem contar a questão de saneamento básico e, ultimamente, a questão do aumento incontrolável da violência e criminalidades urbanas. É nesse local privilegiado, assacado por uma contradição que salta aos olhos, inclusive ao nível de senso comum, que é a riqueza da região em contraste com a pobreza de sua população - para não se dizer, a penúria da população.

É nesse caldo de cultura que se insere o Curso de Direito de Marabá, existente há mais de dez anos, mas sem conseguir obter sucesso naquilo a que se destina que é o respeito às leis, já que a região pode ser caracterizada, nesse aspecto, como um grande espaço onde a legislação é tão pouco aplicada, prevalecendo ainda a resolução dos conflitos interpessoais através da violência, como demonstram as freqüentes execuções sumárias que aconteçam todos os dias na zona urbana da cidade de Marabá, sem que as autoridades constituídas consigam ao menos paralisar esse nefasto costume. Para influir decisivamente nesta conjuntura agônica, deve o Curso de Direito se munir de instrumentais científicos e metodológicos necessários para dar conta dessa realidade tão complexa quanto cambiante, daí a necessidade de um projeto pedagógico para o curso, atuante e de fato interligado como o mundo a sua volta.

2.3. Características Gerais do Curso

2.3.1. Forma de Ingresso

Conforme dispõe o Regulamento de Ensino da Graduação da UFPA, em seu art. 13, “o ingresso aos cursos de graduação da UFPA dar-se-á por meio de processo seletivo a cargo da Instituição ou de processos interinstitucionais, conforme dispõem os artigos 116 a 129 do Regimento Geral da UFPA”. Assim, no Curso de Direito do Campus Universitário de Marabá, o ingresso se dará por meio de processo seletivo em cumprimento ao que dispõe o referido dispositivo legal.

2.3.2. Número de Vagas, Turno de Funcionamento e Período Letivo

Atualmente, o Curso de Direito oferece 40 vagas para ingresso no segundo período letivo. No entanto, a Congregação da Faculdade de Direito decidiu que criará as condições favoráveis para que sejam ofertadas 80 vagas no Processo Seletivo, sendo que os primeiros 40 colocados ingressarão no segundo período letivo e os demais no quarto período. O turno de funcionamento dessas turmas será integral devido às disciplinas de Estágio Supervisionado que serão desenvolvidas no NPJ em horário diverso das demais disciplinas.

Além disso, para atender as demandas e as contingências administrativas regulamentadas pelo Regulamento de Ensino da Graduação, a Faculdade de Direito decidirá o melhor momento para ofertar também turmas intensivas, com 40 vagas,

que funcionarão nos turnos matutino e noturno, obrigatoriamente no primeiro e terceiro períodos.

2.3.3. Modalidade de Oferta

O Curso de Direito será ofertado preferencialmente na modalidade presencial, distribuído conforme será demonstrado posteriormente no Desenho Curricular. No entanto, eventualmente, alguma disciplina poderá ser ofertada na modalidade a distância, quando da dificuldade de profissional habilitado *in loco* para ministrar a disciplina desde que atenda o que dispõe o Regulamento de Ensino de Graduação em seu art. 7º § 1º.

2.3.4. Habilitação e Título Conferido

Ao concluir o Curso de Direito o egresso receberá o diploma de Bacharel em Direito, o que o confere apenas o título de Bacharel, já que o curso não apresenta especificidades de licenciatura.

2.3.5. Duração, Carga horária, Regime acadêmico e Formas de oferta de atividades

Os componentes curriculares do Curso de Direito estão distribuídos em 10 (dez) semestres perfazendo um total de 5 anos. Por conta disso, o tempo máximo para a integralização do curso são 7 (sete) anos e meio que correspondem a um total de 15 (quinze) semestres.

As atividades curriculares estão organizadas na forma paralela com carga horária total do curso é de **4678 horas**.

2.3.6. Atos normativos dos cursos

- a) Dado de Criação: Resolução CONSUN
Nº. Documento: 1355 de 03/02/1986
Data de publicação: 03/02/1986

- b) Dados de Reconhecimento: PARECER
Nº. Documento: 471
Data de Publicação: 05/09/1991

2.3.7. Avaliações externas: ENADE.

3. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

3.1. Filosofia Geral do Curso - Fundamentos Norteadores: éticos, epistemológicos, didático-pedagógico

O Curso de Direito do Campus Universitário de Marabá deve ter como princípio norteador a função social e emancipatória⁵ da sociedade, ou seja, seu fim maior deve ser o desenvolvimento dos grupos sociais vulneráveis por meio do aperfeiçoamento profissional dos operadores do direito, buscando desenvolver neles o compromisso com a justiça social em quaisquer ramos que atuem.

Dessa forma, o Curso de Direito assumirá um papel que possibilitará capacitar seus egressos tanto tecnicamente quanto política e socialmente. Esse parâmetro ético-social do Curso, centrado na emancipação da sociedade desvalida, o levará a extrapolar incessantemente as cercas da Universidade e estreitar laços interativos com a comunidade regional de forma a compreender suas necessidades – principalmente daqueles segmentos historicamente aliados da justiça – para contribuir e promover o seu desenvolvimento.

Para tanto, o professor do Curso de Direito será fundamental na construção do vínculo de compromisso do curso com os parâmetros de justiça social e de responsabilidade ético-social do discente. O professor terá como proposição o respeito aos conhecimentos prévios do aluno, a construção democrática de relações de aprendizado, o incentivo à crítica, à descoberta, às proposições práticas de mudanças e à responsabilidade social do aluno, visto que este aluno de Universidade Pública e gratuita deve ter um compromisso ético também com a comunidade de trabalhadores e trabalhadoras que financiam – por meio de suas contribuições fiscais – a sua formação acadêmica.

O ambiente acadêmico deve ser o propulsor das inter-relações, dos embates doutrinários, da efetiva participatividade, do convívio com a diversidade, da construção da tolerância, do aguçamento do senso crítico e do respeito para que possa possibilitar a construção de cidadãos e cidadãs democráticas, pois a

⁵ Damos aqui o conceito de emancipação utilizado por Boaventura de Sousa Santos, para quem emancipação das classes populares significa o seu desenvolvimento social, econômico, cultural, inclusive, governança democrática e participativa, formas solidárias de economia e geração de renda, garantia, acessibilidade e efetividade de justiça e direitos humanos e combate a todas as formas e modelos de segregação e exclusão socioeconômicas.

Universidade não deve ser uma ilha e o ensino não deve ser fragmentado. A realidade social deve estar efetivamente presente no currículo e nos conteúdos acadêmicos.

Os conflitos agrários, a violência no campo, as relações de trabalho (situação de trabalhadores escravizados, explorados) a violência urbana e doméstica, a questão dos adolescentes e crianças em situação de risco, os grupos minoritários e/ou discriminados (índios, negros, portadores de necessidades especiais, sem-teto, sem-terra, homossexuais, mulheres, idosos, etc.), a corrupção no poder público, a crise do judiciário, o conservadorismo do direito e a sociedade civil, as ONGs e os movimentos sociais devem ser sujeitos e motivos presente para transversalizar os diversos conteúdos jurídicos, porque assim perfaz-se o caminho construtivo da práxis pedagógica que não nega a teoria jurídica (doutrina, jurisprudência e lei), mas promove o entrelace teórico com a vida real das pessoas e das instituições sociais corroborando, desta forma, com princípios estabelecidos pela UFPA para integração da pesquisa e extensão ao ensino e trabalhando metodologias que envolvem a articulação do conhecimento e saberes teóricos aplicados a situações reais.

3.2. Objetivos do Curso

O panorama dessa região amazônica, em que o Campus Universitário de Marabá está inserido, revela a necessidade imperativa do Curso de Direito formar um profissional apto a atuar nesse cenário de tantas desigualdades sociais, em que os atores carecem de acesso à justiça – visto aqui como o acesso aos direitos fundamentais que garantam uma vida digna à população – e do exercício da cidadania. Por esse motivo, esta instituição de Ensino Superior terá como objetivo maior a formação voltada para a melhoria da qualidade de vida em todas as suas formas, bem como pela formação de um profissional que busque contribuir com o desenvolvimento do exercício da cidadania na diversidade amazônica, sem deixar de possibilitar a articulação e desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão visando o desenvolvimento integral da Ciência Jurídica.

Por conta disso, assim podemos sintetizar os objetivos:

3.2.1. Geral

Formar bacharéis em Direito numa perspectiva crítica construtora de uma nova práxis jurídica sedimentada na realidade social do seu tempo, aptos ao exercício da cidadania e da ordem constitucional democrática brasileira, defensores da ética, dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, capacitados, profissionalmente, para atuar nos diversos campos do saber jurídico.

3.2.2. Específicos

Formar bacharéis em Direito com espírito científico aguçado, cujas habilidades de observação, análise, reflexão crítica, síntese, generalização e comunicação sejam desenvolvidas, a fim de torná-los qualificados técnica e socialmente para o exercício das diversas profissões na área jurídica

Proporcionar aos acadêmicos de Direito, formação técnica, científica e humanística na perspectiva das mudanças sociais da atualidade, tornando-o capaz de compreender e enfrentar as exigências teóricas e práticas da vida profissional e social do bacharel em Direito;

Formar profissionais capacitados para a defesa da cultura e dos direitos das comunidades tradicionais, bem como, preocupados com a preservação ambiental e capacitados para atuar na defesa da flora e fauna amazônica, visando à exploração sustentável dos ecossistemas amazônicos;

Desenvolver o conhecimento multidisciplinar e transversal, objetivando integrar ensino, pesquisa e extensão, como eixo básico estruturador do currículo para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias;

Propiciar condições técnicas e materiais para que os estudantes elaborem o conhecimento crítico, na análise da Ciência Jurídica em confronto com a realidade social.

3.3. Perfil do Profissional

O Curso de Direito do Campus Universitário de Marabá pretende formar um bacharel em Direito que assuma uma atitude crítica, filosófica e ética capaz de compreender o mundo e refletir sobre ele numa perspectiva de que ele é um agente transformador, sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do país e da

região, primando pelo respeito ao ser humano, principalmente, numa perspectiva emancipatória.

Além disso, o art. 3º da Resolução CNE/CES Nº. 9, de 29 de setembro de 2004, recomenda que:

o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Assim, o Curso de Direito do Campus Universitário de Marabá destina-se a proporcionar permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.

Desta feita, o egresso do Curso de Direito deve ser capaz de atender às exigências de seu cotidiano profissional pautando-se por uma conduta ética associada à responsabilidade social e profissional. Além disso, deve demonstrar:

- a) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções a partir das demandas individuais e sociais peculiares ao espaço onde está inserido;
- b) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- c) capacidade de atuação individual e coletiva no exercício profissional;
- d) domínio da gênese, dos fundamentos, do processo histórico, do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e
- e) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Além do exposto, é necessário elencar como parte do perfil do bacharel em Direito, a habilidade de atuar como pesquisador sendo capaz de planejar, construir e colocar em prática projetos de pesquisa visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, assim incrementar a relação do homem com o meio em que vive, dando um enfoque regional e local, para assim, promover o desenvolvimento da sociedade brasileira, e em especial da amazônica.

3.4. Competências e Habilidades

Para alcançar os objetivos propostos e o perfil desejado, o bacharel em Direito do Campus Universitário de Marabá deverá ter diversas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica, tanto teórica quanto prática, independente de ter se dado de forma convencional ou fora dela. Assim, ele deve ser dotado de elevado senso crítico, em relação aos problemas brasileiros e amazônicos, considerando-os de forma holística, na integração das abordagens jurídica, humanística, social, cultural, econômica, política e ecológica.

Conforme dispõe o art. 4º da Resolução CNE/CES Nº. 9, *o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:*

- *leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;*
- *interpretação e aplicação do Direito;*
- *pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;*
- *adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;*
- *correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;*
- *utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;*
- *juízo e tomada de decisões; e,*
- *domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.*

Destarte, o novo profissional do Direito deverá ser um profissional capaz de compreender o homem como elemento participante do processo, com direito à vida em ambiente saudável. Além de contribuir para a pacificação da sociedade, o profissional do Direito deve contribuir para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente rentável e, sobretudo, socialmente justo.

Na área jurídica o profissional deve ter sólidos conhecimentos das ciências básicas e das várias especialidades da ciência indispensável a uma formação ampla

para o seu campo de atuação, além dos necessários conhecimentos na área humanística e social, de modo a torná-lo um profissional do seu tempo.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

4.1. Considerações Iniciais

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito, foi construído atendendo às novas diretrizes curriculares, estabelecidas pela Resolução nº 09 CNE/CES, em que dispõe no seu art. 5º que *o curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:*

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Para alcançar o perfil profissional desejado novas atividades curriculares foram inseridas na tentativa de construir um perfil de formando mais voltado para as

questões sociais de sua época, buscando entender e atuar nas demandas emergentes da região em que está inserido.

As disciplinas que compõem os diversos eixos estão distribuídas ao longo dos cinco anos, agrupadas em bloco, por semestres. Assim, a opção do Curso de Direito foi pelo ensino integrado em blocos, muito embora esta ainda seja uma forma muito rígida de organizar as atividades acadêmicas curriculares. Entretanto, à medida que este projeto pedagógico seja implementado, o Conselho da Faculdade poderá, junto com a comunidade acadêmica, avaliar e decidir por uma outra forma de organização curricular que melhor atenda às especificidades do curso dentro da realidade em que ele se encontrar.

Cada bloco de disciplinas corresponde a um semestre letivo, configurando-se, assim, a forma de organização curricular, como seriada semestral.

As atividades curriculares estão elencadas de forma a possibilitar uma apreensão dos fenômenos da ciência jurídica, de maneira que os eixos interligados de formação encontram-se diluídos nos seguintes eixos de interesse:

1. Reflexão: Sociedade e Direito;
2. Garantias e direitos Fundamentais;
3. Cidadania e Direitos de Interesse Social;
4. Direitos Públicos e Sociais;
5. Ética e Meio Ambiente;
6. Direitos Coletivos e Seguridade Social;
7. Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa;
8. Pesquisa e Conhecimento Jurídico.

Cada eixo de interesse oferece um leque de disciplinas que vão desde a fundamentação teórica geral à construção gradativa de um saber específico, que articule o arcabouço teórico à prática do ensino e da pesquisa.

A organização curricular proposta explicita a significância da práxis como fator preponderante para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao formando do Curso por meio do envolvimento acadêmico com o ensino, a pesquisa e a extensão, pretende-se utilizar como mecanismo de interação os Seminários Interdisciplinares. Esta atividade consistirá na culminância das ações vivenciadas ao longo do semestre letivo, uma vez que para cada bloco de atividades apresenta um eixo de interesse orientado a partir dos Problemas Centrais que se materializam nos Seminários Interdisciplinares.

As disciplinas são consideradas como meios para estudar determinados aspectos do eixo abrangente e estão aglutinadas em blocos que se constituem em um espaço interdisciplinar de diferentes áreas do saber. A partir desta concepção, propõe-se, a cada bloco, o Seminário Interdisciplinar a ser desenvolvido em torno de um tema comum de acordo com eixo de interesse possibilitando, deste modo, que seja vivenciada uma práxis que vise a resolução de problemas no contexto social e regional em que esta inserido. Com isto, há que se contemplar uma dimensão prática que perpassa toda a formação do aluno, não exclusiva das disciplinas de prática jurídica.

Para concretização do seminário, em cada bloco eleger-se-á uma atividade curricular como articuladora desta ação. Para cada disciplina a carga horária destinada aos trabalhos que envolvem o planejamento e realização do seminário será de 25% de sua carga horária total, o que corresponde a aproximadamente 9 horas nas atividades com carga horária de 34 horas e 17 horas nas atividades de 68 horas.

O seminário interdisciplinar será um importante mecanismo do curso para articular ensino, pesquisa e extensão contribuindo para que a faculdade atenda a determinação legal de que 10% da carga horária total do curso seja destinada às atividades de extensão, visto que sua culminância se dará na socialização do saber acadêmico com a sociedade em geral por meio da apresentação de palestras, seminários, mini-cursos, oficinas e outras atividades que serão realizadas por docentes, discentes e técnicos da Faculdade.

Com o intuito de diversificar e enriquecer a formação acadêmica, cada discente deverá a partir do 9º semestre cursar 4 disciplinas, denominadas no desenho curricular de Atividades curricular optativa: I, II, III E IV , cada uma com carga horária de 68 horas, totalizando 272 h. O aluno terá de optar, dentre as disciplinas que compõem a relação abaixo, por aquela que melhor atenda as suas necessidades formativas.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CH
DI	Técnica de Redação Jurídica	68
DI	Direito e Gênero	68
DI	Direito Econômico	68

DI	Tutela Jurídica da Flora e da Fauna	68
DI	Direito da Concorrência	68
DI	Linguagem e Argumentação Jurídica	68
DI	Criminologia	68
DI	Direito de Execução Penal	68
DI	Sociologia Criminal	68
DI	Temas Emergentes de Direito	68
DI	Instituições de Direito	68
DI	Instituições de Direito Público e Privado	68
DI	Direito da Sanidade Pública	68
DI	Direito do Terceiro Setor	68
DI	Direito dos Desportos	68
DI	Direito dos Transportes	68
DI	Direito Imobiliário	68
DI	Direito Urbanístico	68
DI	Mecanismos Alternativos de acesso à Justiça	68
DI	Temas Atuais do Direito	68
DI	Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos	68
	Língua Brasileira de Sinais	68

Assim sendo, a carga horária total do Curso é de 4678 horas distribuídas em 3570 horas de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias, 578 horas de estágio curricular supervisionado, 170 horas de atividades curriculares para o TCC, além de 360 horas de atividades complementares para a integralização do currículo pleno.

Toda essa organização curricular está demonstrada no Desenho Curricular como segue:

EIXO DE INTERESSE: Reflexão: Sociedade e Direito		CARGA HORÁRIA		
BLOCO 1	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Filosofia Jurídica	51	17	68
	Teoria Geral do Estado	51	17	68
	História do Direito	51	17	68
	Introdução ao Estudo do Direito	51	17	68
	Economia Política	51	17	68

	Ética Jurídica	34	-	34
	Metodologia do Trabalho Acadêmico	25	09	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	314	94	408
	TOTAL GERAL	408 h		
Seminário Interdisciplinar I				
EIXO DE INTERESSE: Garantias e Direitos Fundamentais		CARGA HORÁRIA		
BLOCO 2	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Sociologia Jurídica	51	17	68
	Direito Civil I	51	17	68
	Direito Penal I	51	17	68
	Direito Constitucional I	51	17	68
	Direito Financeiro	51	17	68
	Direitos Humanos	51	17	68
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	102	408
	TOTAL GERAL	408 h		
Seminário Interdisciplinar II				
EIXO DE INTERESSE: Garantias e Direitos Fundamentais		CARGA HORÁRIA		
BLOCO 3	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Teoria Geral do Processo	51	17	68
	Direito Civil II	51	17	68
	Direito Penal II	51	17	68
	Direito Constitucional II	51	17	68
	Direito Administrativo I	51	17	68
	Antropologia Jurídica	51	17	68
	Prática da Organização Judiciária	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
TOTAL GERAL	442 h			
Seminário Interdisciplinar III				
EIXO DE INTERESSE: Cidadania e Direitos de Interesse Social		CARGA HORÁRIA		
BLOCO 4	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Direito Constitucional III	25	09	34
	Direito Eleitoral	25	09	34
	Direito Civil III	51	17	68
	Direito Penal III	51	17	68

	Direito Administrativo II	51	17	68
	Direito Processual Civil I	51	17	68
	Direito Processual Penal I	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Constitucional	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar IV				
EIXO DE INTERESSE: Cidadania e Direitos de Interesse Social		CARGA HORÁRIA		
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
BLOCO 5	Direito Empresarial I	51	17	68
	Direito Civil IV	51	17	68
	Direito Penal IV	51	17	68
	Direito Processual Civil II	51	17	68
	Direito Processual Penal II	51	17	68
	Direito Tributário	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Penal	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar V				
EIXO DE INTERESSE: Direitos Públicos e Sociais		CARGA HORÁRIA		
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
BLOCO 6	Direito Falimentar	25	9	34
	Direito Civil V	51	17	68
	Direito Empresarial II	51	17	68
	Direito Processual Civil III	51	17	68
	Direito Individual do Trabalho	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Administrativo	-	34	34
	Prática Simulada do Processo Cível	-	34	34
	Prática Real I (Penal)	-	68	68
	SUBTOTAL POR BLOCO	229	213	442
TOTAL GERAL	442 h			
Seminário Interdisciplinar VI				
EIXO DE INTERESSE: Ética e Meio Ambiente		CARGA HORÁRIA		
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Deontologia Profissional	25	09	34

BLOCO 7	Direito Civil VI	51	17	68	
	Medicina Legal	51	17	68	
	Direito Minerário e Recursos Hídricos	25	09	34	
	Direito Processual do Trabalho	51	17	68	
	Direito Ambiental	51	17	68	
	Prática Simulada do Processo Trabalhista	-	34	34	
	Prática Real II (Penal)	-	68	68	
	SUBTOTAL POR BLOCO		254	188	442
	TOTAL GERAL		442 h		
Seminário Interdisciplinar VII					
EIXO DE INTERESSE: Direitos Coletivos e Seguridade Social			CARGA HORÁRIA		
BLOCO 8	ATIVIDADES CURRICULARES		Teórica	Prática	Total
	Direito do Consumidor		25	09	34
	Laboratório de Pesquisa Jurídica		25	09	34
	Direito Agrário		51	17	68
	Direito Coletivo do Trabalho		51	17	68
	Direito da Seguridade Social		51	17	68
	Direito da Propriedade Intelectual		51	17	68
	Prática Simulada do Processo Fiscal		-	34	34
	Prática Real III (Trabalhista)		-	68	68
	SUBTOTAL POR BLOCO		254	188	442
	TOTAL GERAL		442 h		
Seminário Interdisciplinar VIII					
EIXO DE INTERESSE: Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa			CARGA HORÁRIA		
BLOCO 9	ATIVIDADES CURRICULARES		Teórica	Prática	Total
	Investigação Científica		-	68	68
	Biodireito e Bioética		25	09	34
	Direito Indígena e Afro-brasileiro		34	34	68
	Direito Florestal		25	09	34
	Direito dos Portadores de Necessidades Especiais		25	09	34
	Direito da Criança e do Adolescente		25	09	34
	Hermenêutica Jurídica		25	09	34
	Atividade Curricular Optativa I		51	17	68
	Prática Real IV (Cível)		-	68	68

	SUBTOTAL POR BLOCO	210	232	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar IX				
NÚCLEO DE INTERESSE: Pesquisa e Conhecimento Jurídico		CARGA HORÁRIA		
BLOCO 10	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Monografia Jurídica I	-	51	51
	Monografia Jurídica II	-	17	17
	Direito Internacional	51	17	68
	Prática Real V (Cível)	-	68	68
	Atividade Curricular Optativa II	51	17	68
	Atividade Curricular Optativa III	51	17	68
	Atividade Curricular Optativa IV	51	17	68
	SUBTOTAL POR BLOCO	204	204	408
	TOTAL GERAL	408 h		
C. H. DAS ATIVIDADES CURRICULARES EM TODOS OS BLOCOS		4318 h		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		360 h		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		4678 h		

4.2. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade obrigatória e será encaminhada a partir do oitavo bloco, perfazendo uma carga horária total de **170h**, por meio das atividades curriculares Laboratório de Pesquisa Jurídica, Investigação Científica e Monografia Jurídica I e II. O objetivo dessa distribuição é dar condições para que o aluno delimite seu tema, escolha o orientador e desenvolva a pesquisa no decorrer do último ano do curso, a fim de que possa ter maior facilidade na construção da monografia, obrigatória para a obtenção do grau, visto que o objetivo central deste trabalho é possibilitar a síntese e integração de conhecimentos e de conteúdos adquiridos ao longo do curso, através de produção escrita e apresentação pública, visando a sua atuação profissional. A avaliação do estudante na disciplina será realizada através da avaliação da defesa oral do trabalho, na disciplina Monografia I. Contudo, para que o aluno possa concluir o Curso ele

precisa transformar sua monografia em artigo científico, o que será feito em Monografia II.

Esta disciplina é responsabilidade de um único professor. Sua função é estabelecer com o aluno e professor estratégia conjunta para sintetizar a monografia dentro de um formato de artigo completo, entre 10 a 20 páginas. É imperativo que essa disciplina aconteça, obrigatoriamente, logo após a defesa do TCC e antes de ser declarada a finalização oficial do curso. Desse modo, a produção do artigo seria a última atividade obrigatória do aluno e não mais a defesa de TCC. Entende-se que o artigo será de qualidade nestas condições, e constitui uma tarefa que beneficia o interesse do aluno, do orientador e da Faculdade de Direito. A forma como será produzido o artigo, fica, no futuro, a critério da comissão editorial da Revista Monográfica (on line) da Faculdade de Direito de Marabá, que vai auxiliar o professor desta disciplina. A publicação é anual. O fato de existir a revista MONOGRÁFICA não impede a invenção de outras formas de revista e de divulgação no curso de Direito.

O Conselho da Faculdade estabelecerá normas para a realização do TCC pertinentes ao anteprojeto e a defesa, objeto da Monografia Jurídica I.

4.3. Estágio Supervisionado

Sendo uma atividade curricular obrigatória, o estágio supervisionado é essencial para que o aluno alcance a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, pois possibilita ao formando vivenciar a prática profissional revendo e aplicando os conhecimentos adquiridos durante a sua formação.

Essa atividade curricular será desenvolvida a partir do 3º bloco e está distribuída na disciplina de Prática da Organização Judiciária, nas seis disciplinas de Prática Simulada e nas cinco disciplinas de Prática Real, sempre em horário diverso do horário das disciplinas de natureza teórico-prática, perfazendo uma carga horária total de **578h**.

Em atendimento ao que dispõe a Resolução nº 09 CNE/CES, no art. 7º e §§, o Estágio Supervisionado será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo serem

reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

4.4. Atividades Complementares

As atividades curriculares complementares, por se caracterizar pela flexibilização do tempo e do espaço para o exercício da autonomia do aluno na organização de seus horários e objetivos, bem como pela ênfase na orientação e na supervisão, elas se constituem práticas integradas, pois valorizam as atividades curriculares de diversas áreas, a iniciação à pesquisa, as vivências profissionais, os projetos, os eventos e as prestações de serviços, que desenvolvam as habilidades propostas nos eixos integrados e contribua para a formação do perfil desejado ao formando do Curso. No Curso de Direito, o aluno deve cumprir **360h** de Atividades Complementares ao longo do curso.

A validação das Atividades Complementares dar-se-á por meio da comprovação de realização à Coordenação do Curso. Para efeito de cálculo das horas válidas, serão considerados seguintes critérios:

	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA
DI -	ATIVIDADES DE ENSINO	Máximo 68 h
	Disciplinas da Área de Direito	68h
	Disciplinas de Áreas Afins	68h
	Disciplina de Outras Áreas	68h
		Máximo 120 h
	Estágio Não Obrigatório	Cada mês equivale à 20h
	Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração professor	Cada programa equivale à 60h
DI-	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Máximo 60 h
	Participação em Cursos e/ou Oficinas de extensão com certificado de aproveitamento ou frequência.	Máximo 60h de participação

	Ministrante em Cursos e/ou Oficinas de extensão com certificado de aproveitamento ou frequência.	Máximo 60h de participação como ministrante
	Participação, como ouvinte ou ministrante, em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares, com relatório de participação e certificado de aproveitamento e/ou frequência.	Máximo 60h de participação como ouvinte ou ministrante.
	Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial.	Cada artigo equivale a 30h
	Produção e/ou organização de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	Cada evento equivale a 20h.
		Máximo 120h
	Participação como bolsista ou voluntário em atividade de extensão com relatório de avaliação e/ou declaração do coordenador	Cada projeto/atividade equivale a 60 horas
DI-	ATIVIDADES DE PESQUISA	Máximo 60 h
	Artigo publicado em Periódico indexado;	Cada artigo equivale a 30h.
	Livro ou Capítulo de Livro.	Cada livro equivale a 120h e cada capítulo a 45h.
	Trabalho Publicado em Anais de Evento Técnico-Científico, resumido ou completo (expandido);	Cada trabalho equivale a 30h.
	Textos em Jornal ou Revistas (magazines).	Cada 04 textos equivale a 15h.
	Produção e participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros, de caráter compatível com o Curso, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	Cada participação em evento equivale a 15h.
	Participação em Relatórios, processos e pareceres ligados à área de pesquisa jurídica ou técnica.	Cada relatório equivale a 15h.
		Máximo 120h
	Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica.	Cada participação em projeto de um ano equivale a 60h.

	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de mini-curso em evento científico: Internacional, Nacional ou Regional.	Cada participação em evento equivale a 45h.
	Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas: Internacional, Nacional e Regional.	Cada prêmio equivale a 45h.
DI-	ATIVIDADES MISTAS (ensino, pesquisa, extensão e/ou administração Universitária).	Máximo 60 h
	Atividades realizadas em laboratórios da Universidade.	Um semestre equivale a 60h
	Estágio da Universidade	Cada semestre equivale à 20h

4.5. Articulação do Ensino com a Pesquisa e a Extensão

A articulação da pesquisa e extensão as atividades de ensino é um dos princípios que deve integrar quaisquer cursos de graduação ofertados na Universidade Federal do Pará, independente de sua modalidade e local de oferta, pois agrega à formação acadêmica o contato com a realidade local e a discussão de problemáticas relevantes para sociedade. Com o objetivo de atender a este compromisso a Faculdade de Direito do Campus Universitário de Marabá apresenta como ocorrerá a relação do ensino com a pesquisa e a extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso.

4.5.1 Política de Pesquisa

A Faculdade de Direito do Campus Marabá tomará a pesquisa como base para o desenvolvimento das atividades curriculares, relacionando-a com o ensino e com a extensão. Considerando a pesquisa como uma incursão à realidade a partir da problematização de questões jurídicas e sociais, os docentes da Faculdade de Direito deverão incorporar a pesquisa às suas atividades curriculares através de ações que envolvem a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, o conhecimento de temáticas locais complementando o ensino efetivado em sala de aula.

Para, além disto, a Faculdade pretende incentivar a elaboração, produção e execução de projetos e programas de pesquisa pelos docentes, discentes e técnicos, respeitadas das linhas de pesquisa da Faculdade de Direito, havendo ou não apoio financeiro para esses projetos. Não existe ensino ou extensão sem pesquisa, devendo assim integrar as atividades pedagógicas da Faculdade Direito de forma integral e articulada com o ensino e a extensão.

Como um mecanismo para possibilitar tal integração, será implantado na Faculdade de Direito do Campus Universitário de Marabá o Laboratório de Ciências Criminais, do Meio Ambiente e de Direito Agrário-Minerário da Faculdade de Direito, o qual tem por finalidade primordial fomentar a pesquisa e a extensão, tanto na graduação como na pós-graduação *latu senso* e *strito sensu*, através da elaboração, produção e efetivação de projetos de pesquisa. O Laboratório de Ciências Criminais, do Meio Ambiente e de Direito Agrário-Minerário da Faculdade de Direito do Campus Universitário de Marabá terá regulamento próprio, e será órgão integrante da Faculdade de Direito da UFPA-Campus Universitário de Marabá.

Outra ação importante é criação de grupos de pesquisa na Faculdade de Direito do Campus Marabá, coordenados por docentes, a partir das linhas de pesquisa. Tais grupos deverão integrar o Laboratório de Ciências Criminais, do Meio Ambiente e de Direito Agrário e Minerário da Faculdade de Direito do Campus Universitário de Marabá, e terão como finalidade incentivar e fomentar o debate sobre temas jurídicos.

4.5.1.1 Linhas de Pesquisa

As linhas de pesquisa da Faculdade de Direito do Campus Marabá são as seguintes:

1. Direito Penal e Direito Processual Penal:

- Tráfico de drogas e crime organizado no Sul e Sudeste do Estado do Pará.
- Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Sudeste do Pará
- Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente no Sudeste do Pará
- Questão agrário-criminal no Sul e Sudeste do Estado do Pará
- Criminalidade e desenvolvimento econômico e social no Sul e Sudeste do Estado do Pará.

2. Direito Ambiental:

- Desenvolvimento econômico e a crise do meio ambiente na Amazônia.
- Direitos das águas na região Amazônica.
- Impactos Ambientais decorrentes da Extração de Minério na Amazônia.

3. Direito Agrário-Minerário:

- Regulamentação Legal da Extração de Minério na Amazônia.
- Desenvolvimento urbano e rural relacionados aos grandes projetos no Sul e Sudeste do Estado do Pará.
- Desmatamento Ilegal.

4.5.2 Política de Extensão

Conforme estabelece o Plano Nacional de Educação e em obediência a este, o Regulamento de Graduação da UFPA (res. nº 3633, de 18 de fevereiro de 2008), em seu artigo 66, § 2º, deve ser destinado o mínimo de 10% da carga horária total exigida para a integralização do curso às atividades de extensão.

No curso de Direito este percentual equivale a 468 horas que serão realizadas por meio das ações desenvolvidas nos seminários interdisciplinares, como foi destacado no item que trata da organização curricular do curso, a cada semestre um seminário será efetivado tomando como base o eixo de interesse proposto, o que contabilizará uma carga horária de 1425 horas, deste total estabelece-se que 35% sejam atividades extensionistas, o que corresponde a 498 horas, uma vez que o seminário envolverá sempre a socialização e produção de dos conhecimentos construídos pelos alunos no bloco de disciplinas com a comunidade em geral, através de palestras, mini-cursos, oficinas entre outras.

Neste sentido, a Faculdade considera a extensão como uma incursão à realidade a partir da problematização de questões jurídicas e sociais envolvendo docentes, discentes e técnicos em sua efetivação.

Assim, na carga horária destinada ao Seminário Interdisciplinar, os professores desenvolverão em suas turmas artigos científicos, mini-cursos, oficinas, estudo de casos concretos, tais como estudo de situações que se configuram problemas vivenciados pela sociedade, por exemplo, levantamento e revisão dos processos de execução penal de presos da Penitenciária Local, relato de experiência, como painéis ou posters. Como se vê a idéia é que este momento

envolva diversas atividades decorrentes da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvidas em cada bloco de disciplinas.

Além disso, objetiva-se incentivar maior participação de discentes, docentes e técnicos administrativos nas atividades já executadas por meio dos programas e projetos de extensão da Faculdade de Direito do Campus Marabá. Têm-se atualmente, o **Programa de Extensão de Assessoria Jurídica Popular – CEAJUP**, que aglutina três projetos de extensão: “Direito de Morar”, “Assessoria Jurídica a Mulheres Vitimizadas no Município de Marabá-Pa” e “Advocacia Popular nos Acampamentos Dina Teixeira e Zumbi dos Palmares”, que desenvolve ações que podem e devem ser debatidas nas diversas atividades curriculares e linhas de pesquisa propostas pelo curso, bem como as ações do **Projeto de Extensão Direito do Trabalho nas Escolas de Ensino Médio de Marabá**.

Outra ação importante para possibilitar a total integração entre a extensão com o ensino e a pesquisa, é como mencionado na política de pesquisa, é a criação do Laboratório de Ciências Criminais, do Meio Ambiente e de Direito Agrário-Minerário da Faculdade de Direito que tem por finalidade primordial fomentar a pesquisa e a extensão, tanto na graduação como na pós-graduação *latu sensu* e *estricto sensu*.

Neste contexto, as atividades de extensão realizadas na Faculdade de Direito da UFPA-Campus Universitário de Marabá deverão estar voltadas para a integral inserção do aluno na realidade social local, aprimorando deste modo, o conhecimento aferido em sala de aula, como ocorre nas disciplinas de Prática Real (que são cinco disciplinas de 68h), as quais desempenham uma prática extensionista muito importante, visto que atende à comunidade em geral prestando assistência jurídica gratuita com orientação jurídica e ajuizamento de ações. Nesse sentido, a extensão no Curso de Direito de Marabá ultrapassa os 10% exigidos pela legislação vigente.

5. PÓS-GRADUAÇÃO

A Faculdade de Direito do Campus Universitário de Marabá terá um Núcleo de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Cursos de Especialização), através do qual oferecerá periodicamente cursos de especialização nas áreas de Ciência Criminal,

Direito Processual, Direito Ambiental e Direito e Informática, sendo que estes cursos serão voltados principalmente para a pesquisa, e terão caráter interdisciplinar. Tal núcleo, órgão integrante da Faculdade de Direito, visará a preparação para a futura implantação do Programa de Pós-Graduação em Direito do Campus Universitário de Marabá, (Pós-Graduação Estricto Sensu: Mestrado e Doutorado), devendo a Faculdade de Direito ser transformada em Instituto, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.

6. INFRA-ESTRUTURA

6.1 Humana

A Faculdade de Direito atualmente conta com 09 (nove) professores efetivos, sendo 01 doutor, 04 (quatro) doutorandos, 03 (três) mestres e 01 (um) mestrando, dos quais 07 (sete) são Dedicção Exclusiva e 01 (um) é Tempo Parcial.

Para atender ao novo desenho curricular a ser implantado necessário se faz que a Faculdade de Direito possua no mínimo 12 (doze) professores em seu quadro docente, como abaixo explicitado.

1º. SEMESTRE:

PROFESSOR	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	BLOCO
1. Heraldo Elias de Moura Montarroyos	DOUTOR	DE (20 h sala de aula; 20h administração)	1. Filosofia Jurídica (68h) 2. Economia Política (68h)	1º. 1º.
2. Edieter Luiz Cecconello	DOUTORANDO	DE	1. Teoria Geral do Estado (68h) 2. Ética Jurídica (34h)	1º. 1º. 3º.

			<p>3. Direito Administrativo I (68h)</p> <p>4. Direito Minerário e Recursos Hídrico (34h)</p> <p>5. Direito Florestal</p> <p>6. Direito dos Portadores de Necessidades Especiais (34h)</p>	<p>7º.</p> <p>9º. 9º.</p>
3. Julio Cesar Sousa Costa	ESPECIALIS TA	TP (20 h)	<p>1. História do Direito (68h)</p> <p>2. Introdução ao Estudo do Direito (68 h)</p>	<p>1º.</p> <p>1º.</p>
4. Rejane Pessoa de Lima	MESTRE	DE	<p>1. Teoria Geral do Processo (68h)</p> <p>2. Direito Processual Civil II (68h)</p> <p>3. Deontologia Profissional (34h)</p> <p>4. Direito da Criança e do Adolescente (34h)</p> <p>5. Prática Real IV (Cível) (68h)</p>	<p>1º.</p> <p>5º.</p> <p>7º.</p> <p>9º.</p> <p>9º.</p>
5. Olinda Magno Pinheiro	MESTRE	DE (20 h sala de aula; 20h administração)	<p>1. Direito Civil II (68h)</p> <p>2. Direito Civil IV (68h)</p>	<p>3º.</p> <p>5º.</p>

6. Lorena Santiago Fabeni	MESTRE	DE (20h sala de aula e 20 h Projeto de Pesquisa)	1. Direito Penal II (68h) 2. Direito Penal IV (68h)	3º. 5º.
7. Marco Alexandre da Costa Rosário	MESTRE	DE (20 h sala de aula; 20h administração)	1. Direito Processual Penal II (68h) 2. Prática Real II (Penal) (68h)	5º. 7º.
8. Janaína Albuquerque de Lima Cunha	ESPECIALIS TA	DE	1. Direito Civil II (68h) 2. Direito Processual do Trabalho (68h) 3. Prática Simulada Do Processo Trabalhista (34h) 4. Biodireito e Bioética (34h) 5. Direito Civil VI (68h)	3º. 7º. 7º. 9º. 9º.
9. Jorge Luis Ribeiro dos Santos	MESTRE	DE (30h sala de aula e 10 h Projeto de extensão)	1. Direito Empresarial (68h) 2. Direito Ambiental (68h) 3. Direito Indígena e Afro-brasileiro (68h)	5º. 7º. 9º.
COMPONENTE CURRICULAR SEM ALOCAÇÃO DE PROFESSORES			1. Metodologia do Trabalho Científico (34h) 2. Direito Constitucional II	1º. 3º. 3º.

			(68h) 3. Antropologia Jurídica (68h) 4. Prática da Organização Judiciária (34h) 5. Direito Tributário (68h) 6. Prática Simulada do Processo Penal (34h) 7. Medicina Legal (68h) 8. Investigação Científica (68h) 9. Hermenêutica Jurídica (34h) 10. Atividade Optativa I (68h)	5º. 5º. 7º. 9º. 9º. 9º. 9º.
--	--	--	--	---

2º. SEMESTRE:

PROFESSOR	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	BLOCO
1. Heraldo Elias de Moura Montarroyos	DOUTOR	DE (20 h sala de aula; 20h administração)	1. Sociologia Jurídica (68h) 2. Monografia Jurídica I (51h)	2º. 10º.
2. Edieter Luiz Cecconello	MESTRE	DE	1. Direito Financeiro (68h) 2. Direito Administrativo II	2º. 4º.

			(68h) 3. Direito Falimentar (34h) 4. Direito Empresarial (68h) 5. Prática Simulada do Processo Fiscal (34h)	6º. 6º. 8º.
3. Julio Cesar Sousa Costa	ESPECIALISTA	TP (20 h)	1. Direitos Humanos (68h) 2. Direito da Propriedade Intelectual (68h)	2º. 8º.
4. Rejane Pessoa de Lima	MESTRE	DE	1. Direito Processual Civil I (68h) 2. Direito Processual Civil III (68h) 3. Direito Internacional (68h) 4. Prática Real V (Cível) (68h)	4º. 6º. 10º. 10º.
5. Olinda Magno Pinheiro	MESTRE	DE (20 h sala de aula; 20h administração)	1. Direito Civil I (68h) 2. Direito Civil III (68h)	2º. 4º.
6. Lorena Santiago Fabeni	MESTRE	DE (20h sala de aula e 20 h Projeto de Pesquisa)	1. Direito Penal I (68h) 2. Direito Penal III (68h)	2º. 4º.
7. Marco Alexandre da Costa Rosário	MESTRE	DE (20 h sala de	1. Direito Processual Penal I (68h)	4º.

		aula; 20h administração)	2. Prática Real I (Penal) (68h)	7º.
8. Janaína Albuquerque de Lima Cunha	ESPECIALIS TA	DE	1. Direito Individual do Trabalho (68h) 2. Direito Coletivo do Trabalho (68h) 3. Direito da Seguridade Social (68h) 4. Prática Real III (trabalhista) (68h)	6º. 8º. 8º. 8º.
9. Jorge Luis Ribeiro dos Santos	MESTRE	DE (30h sala de aula e 10 h Projeto de extensão)	1. Direito Eleitoral (34h) 2. Direito do Consumidor (34h) 3. Direito Agrário (68h) 4. Atividade Curricular Optativa II (68h)	4º. 8º. 8º. 10º.
COMPONENTE CURRICULAR SEM ALOCÇÃO DE PROFESSORES			1. Direito Constitucional I (68h) 2. Direito Constitucional III (34h) 3. Prática Simulada do Processo Constitucional (34h) 4. Direito Civil V (68h) 5. Prática Simulada do Processo	2º. 4º. 4º. 6º. 6º. 10º.

			Administrativo (34h)	10º.
			6. Laboratório de Pesquisa Jurídica (34h)	10º.
			7. Monografia Jurídica II (17h)	10º.
			8. Atividade Curricular Optativa III (68h)	
			9. Atividade Curricular Optativa IV (68h)	

A efetivação dos novos docentes se dará através de concurso público para o quadro efetivo da Faculdade, ocorrendo para 01 (uma) vaga antes da implantação do presente projeto a fim de que o mesmo possa atender as disciplinas sem alocação de professores no 1º. Bloco e auxilie nas demandas oriundas do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ - orientação de alunos e participação de audiências - sendo para este fim alocada 20 horas em seu plano de trabalho individual. A segunda vaga de professor necessária ocorrerá 02 (dois) anos após a efetivação do professor anterior para que o mesmo atenda as disciplinas do 3º. Bloco sem alocação de professores.

A política de qualificação da Faculdade de Direito é regida pelas normas expressas na Resolução no. 3.524/CONSEPE de 03 de maio de 2007, tendo atualmente 04 (quatro) docentes afastados para qualificação, sendo 01 (um) para Mestrado e 03 (três) para doutorado.

Ainda para compor o quadro de servidores da Faculdade de Direito necessário se faz a contratação de 01 (um) Secretário Executivo e 01 (um) técnico-administrativo para juntos com o técnico-administrativo já existente atenderem a Direção da Faculdade, ao Núcleo de Prática Jurídica, ao Conselho da Faculdade, à Secretaria, à Pós-graduação, bem como, laboratório, Projetos de Pesquisa e Extensão e Biblioteca da Faculdade.

6.2 Física

6.2.1. Salas de aula

A Faculdade de Direito conta hoje com 03 salas de aula, as quais são suficiente para atender a demanda do curso, visto que possuímos 05 (cinco) turmas regulares, sendo no presente semestre, 03 (três) turmas vespertinas e 02 (duas) turmas noturnas.

Com a implantação do novo Projeto Pedagógico a mesma estrutura será mantida e utilizada, visto que não se alterará a quantidade de turmas do curso logo de início. Necessário se faz com a implantação do novo PPC a estruturação das salas de aula já existente com kits multimídia (datashow, DVD, tela de projeção. Caixa de som, televisor, microfone, som).

6.2.2. Direção da Faculdade

A Faculdade de Direito não possui atualmente sala para a direção, sendo esta desenvolvida nas da secretaria.

A direção da faculdade deverá contar com um espaço específico para este fim, o qual será dividido em sala do diretor e vice-diretor, Secretaria Executiva e sala de reuniões, dotadas de computadores e mobiliários.

6.2.3. Núcleo de Prática Jurídica – NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica atualmente é desenvolvido no espaço único que a Faculdade possui, onde se desenvolve todo o trabalho administrativo da Faculdade.

Para atender o novo PPC o NPJ deverá contar com espaço próprio o qual deverá conter, sala de coordenação, sala da secretaria, 03 (três) salas de conciliação, sala do Juiz – espaços dotados de computadores e mobiliários - e sala de espera com televisor e mobiliário.

6.2.4. Programa de Extensão

A Faculdade de Direito atualmente possui 01 (um) programa e 01 (um) projeto de extensão que são desenvolvidos no espaço único que a faculdade possui, onde se desenvolve todo o trabalho administrativo da Faculdade.

Para atender a necessidade deste e dos futuros Programas e Projetos de Extensão, a Faculdade deverá contar com espaço próprio o qual deverá conter, sala de coordenação, sala da secretaria, 02 (duas) salas de atendimento – espaços dotados de computadores e mobiliários - e sala de espera com televisor e mobiliário.

6.2.5. Projeto de Pesquisa

A Faculdade de Direito atualmente possui 01 (um) projeto de pesquisa que é desenvolvido no espaço único que a faculdade possui, onde se desenvolve todo o trabalho administrativo da Faculdade.

Para atender a necessidade deste e dos futuros Projetos, a Faculdade deverá contar com espaço próprio o qual deverá conter, sala de coordenação, sala da secretaria, 02 (duas) sala de pesquisa, todos dotados de computadores e mobiliários.

6.2.6. Sala de Multi-meios

Atualmente a Faculdade de Direito não possui espaço destinado à pesquisa e estudo. Com a implantação do novo PPC necessário se faz a criação deste novo espaço, dotando o mesmo de cabines individuais com computadores e espaço comum com kit-multimídia.

6.2.7. Laboratórios

O novo PPC estabelece a criação de um Laboratório de Ciências Criminais para o Curso de Direito, sendo necessária então a criação do mesmo, dotando-o de todos os equipamentos necessários para o seu bom desempenho, como: computadores, mobiliários, DVD, data-show, tela de projeção, aparelho de som, microfone, caixa de som, notebook.

6.2.8. Biblioteca

Atualmente os discentes e docentes de Direito utilizam o acervo existente nas bibliotecas do Campus Universitários de Marabá, o qual não consegue atender de maneira satisfatória a demanda do curso, sendo necessária, portanto, a criação da biblioteca setorial, possuindo esta no mínimo 03 (três) exemplares de cada título a ser adquirido.

Observa-se que todos os espaços aqui elencados deverão obrigatoriamente ter pontos de acesso à internet.

7. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Para implementar a Política de Inclusão, uma vez ingressando uma nova turma no curso, a Faculdade de Direito, promoverá um levantamento do perfil dos discentes a fim de identificar a necessidade de atenção especial a qualquer dos discentes ingressantes no curso. Uma vez detectada a necessidade de atenção especial a algum discente, a Faculdade planejará o acompanhamento dele a cada período letivo, procurando desenvolver mecanismos que possibilite da melhor maneira possível o aprendizado.

Para tanto, a Faculdade deve contar com o apoio da Administração Superior, no que diz respeito à destinação de “recursos orçamentários e financeiros que garantam condições favoráveis indispensáveis à realização das orientações inclusivas, a partir de demanda informada a cada período letivo”, conforme estabelece artigo 125 do Regulamento de Graduação da UFPA, principalmente em iniciativas que referem-se a:

- I - recursos didático-pedagógicos;
- II - acesso às dependências das unidades e subunidades acadêmicas;
- III - pessoal docente e técnico capacitado;
- IV - oferta de cursos que possam contribuir para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

8.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação é a ferramenta utilizada para auferir os pontos positivos e negativos de uma política e sugerir mudanças sempre na busca de uma excelência, ao considerarmos a missão da Universidade Federal do Pará.

Os objetos e critérios de avaliação podem e devem ser inúmeros, no entanto, com algum cuidado deve-se estabelecer quais são esses objetos de avaliação. Neste sentido, temos o PPC como um dos focos de avaliação, afinal não se trata de uma letra morta, mas sim de uma política educacional que vive e sobrevive através de alterações e adaptações, tal qual como ocorre na vida social, onde o legislador identifica o fato social, atribui valor a esse fato para ao final regular as condutas através da norma jurídica.

Deste modo, o PPC deve ser avaliado constantemente, envolvendo a participação de docentes, discentes e técnicos, a partir de reuniões coletivas, preenchimento de formulários que podem ser tanto os elaborados pela Coordenação de Avaliação e Currículo da Pré-reitoria de Graduação, como preparados pela própria Faculdade, relatórios poderão ser elaborados tendo em vista o registro da memória das discussões, bem como pontos positivos e negativos observados no desenvolvimento da proposta do PPC.

Avaliação formal será anual. No entanto, ao término de cada semestre deverá ser realizado um relatório cujos critérios serão pautados no bom senso e na política institucional cuja finalidade é a qualidade do ensino. Ao final de cada ano (a partir da data a ser definida pelo Conselho da Faculdade) será gerado um relatório anual subsidiado nos relatórios semestrais que por sua vez será discutido, avaliado e aprovado pelo Conselho da Faculdade.

8.1.1. Avaliação pelos Discentes

A avaliação ocorrerá através da participação do discente em reuniões organizadas pelo Conselho da Faculdade que objetivem a avaliação do PPC, as discussões deverão ter como temáticas a melhoria do processo ensino-aprendizagem, seja na metodologia utilizada, na duração do curso, atividades acadêmicas planejadas e desenvolvidas no sentido buscar um salto qualitativo no aprendizado. Os discentes também avaliarão a estrutura física do curso, o contato com a coordenação da Faculdade, entre outros pontos, essenciais a melhoria do Projeto.

8.1.2. Avaliação pelos Docentes

O docente também é considerado como um importante sujeito no processo de avaliação do PPC, sua participação será garantida por meio da realização de

reuniões coletivas nas quais discutirá sobre o desenho curricular proposto, a estrutura disponível e desejável para o desenvolvimento das atividades, acompanhamento de taxas de evasão ao longo do semestre. É fundamental que o docente conheça a proposta pedagógica, o perfil profissional desejado na formação do egresso para junto com os demais sujeitos buscar melhorias.

8.1.3. Avaliação pelos Técnicos-Administrativos

Os técnicos administrativos devem ser parte integrante do processo avaliativo, uma vez que lidam diariamente com situações fundamentais ao bom andamento do Projeto. Sua colaboração, assim como a dos docentes e discentes acontecerá nas reuniões, por meio do preenchimento de formulários que subsidiarão a elaboração de relatórios.

8.2. Avaliação do Processo Educativo

A avaliação do processo educativo faz-se necessária para que se possa traçar um diagnóstico do processo ensino-aprendizagem a fim de melhorar as situações didáticas, alinhando-as a uma teoria da aprendizagem e a uma intencionalidade quando da propositura de uma determinada situação de aprendizagem. Partindo dessa concepção, considera-se que ao avaliar o processo educativo, professor e aluno são avaliados, pois as condições de aprendizagem dependem do professor enquanto gestor do processo de ensino e da aprendizagem, não só do aluno como um mero receptor. Neste sentido, a avaliação da eficácia do processo de ensino e da aprendizagem deve levar em conta todos os sujeitos envolvidos no fazer pedagógico para que juntos possam levantar os problemas enfrentados e traçar as soluções a tais problemas.

8.2.1. Dos Discentes

Considerando que este Projeto Pedagógico propõe formar um profissional que assuma uma atitude crítica, filosófica e ética capaz de compreender o mundo e refletir sobre ele numa perspectiva de que ele é um agente transformador, sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do país e da região, primando pelo respeito ao ser humano, principalmente, numa perspectiva emancipatória, os mecanismos de avaliação discente devem estar em consonância com esta

perspectiva, isto é, devem avaliar até que ponto o desenvolvimento do processo educativo vem atingindo as competências e habilidades necessárias ao aparelhamento técnico, mas, principalmente, o desenvolvimento humano e ético de sua formação e atuação.

Assim, os mecanismos de avaliação devem ser objeto de discussão a cada período letivo, quando do momento destinado ao Planejamento do Processo Educativo, devendo ficar a critério de cada professor das atividades curriculares. Contudo, propõe-se que, dada a natureza dialética do Direito, a avaliação discente leve em conta o domínio teórico e a postura crítica diante de “estudo de casos concretos” pertinente às matérias jurídicas colhidas na sociedade, bem como a capacidade de relacionar teoria e prática por meio de relatos e socialização de experiências de pesquisa e produção acadêmica em sala de aula (produção de textos dissertativos, seminários etc.) e em projetos de intervenção junto à comunidade interna e externa (oficinas, cursos, mini-cursos, jornadas e ciclos de palestras).

Conforme estabelece a legislação da UFPA, para fins de avaliação qualitativa e quantitativa dos conhecimentos serão atribuídos aos alunos os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

EXC – Excelente (9,0 - 10,0)

BOM – Bom (7,0 - 8,9)

REG – Regular (5,0 - 6,9)

INS – Insuficiente (0 - 4,9)

Desta forma, considerar-se-á aprovado o discente que, na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.

8.2.2. Dos Docentes

Considerando que a proposta do Curso de Direito é tornar os momentos de Avaliação participativa, feitas ao término de cada período letivo, um momento de participação discente em que serão expostas as dificuldades enfrentadas pelos alunos a fim de se buscar soluções, teremos aí o primeiro momento de avaliação docente, muito embora neste momento a avaliação seja feita por representação colegiada. Contudo, todos os alunos do Curso terão a oportunidade de responder os questionários de avaliação aplicados a cada período letivo em que serão

sistematizadas as questões relativas à avaliação do processo educativo pertinente a organização dos conteúdos ministrados, à metodologia empregada e à avaliação da aprendizagem, assiduidade, oratória, materiais didáticos utilizados.

É importante que o docente faça sua auto-avaliação observando também questões além das apresentadas, sua participação em eventos, curso de capacitação, entre outros.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

BRASIL. **Lei n. 9131 de 24 de novembro de 1995**. Altera parcialmente a lei n. 4024/61.

BRASIL. **Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 146/2002**, Brasília, 03 de abril de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 67/2002**, Brasília, 11 de março de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 55/2004**, Brasília, 18 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2004**, Brasília, 17 de junho de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 211/2004**, Brasília, 08 de julho de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 09/2004**, Brasília, 29 de setembro de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 18/2007**, Brasília, 18 de junho de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 29/2007**, Brasília, 1º de fevereiro de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 08/2007**, Brasília, 31 de janeiro de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 236/2009**, Brasília, 07 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3284**, Brasília, 07 de novembro de 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Reformas da Educação: parâmetros curriculares**. São Paulo: Contexto, 1999.

JANTSCH, A. P. & BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade – para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

UFPA, CONSEP. **Regulamento do Ensino de Graduação**. Belém: 2008.

UFPA, PROPLAN. **Plano de Reestruturação e Expansão 2008 – 2012**. Belém: 2007.

UFPA, CONSEP. **Resolução nº 3186/2008**. Belém, 28 de junho de 2008. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará.

ANEXOS

10. RELAÇÃO DE ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Anexo I - Ata de aprovação do PP pela congregação da Faculdade;

Anexo II - Desenho curricular;

Anexo III - Contabilidade acadêmica;

Anexo IV - Atividades curriculares por período letivo;

Anexo V - Demonstrativo das atividades curriculares por habilidades e por competências;

Anexo VI - Ementas das disciplinas com bibliografia básica;

Anexo VII - Declaração de aprovação da oferta (ou possibilidade de oferta) da(s) atividade(s) curricular(es) pela unidade responsável;

Anexo VIII - Minuta de Resolução

**ANEXO I - ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO PELO
CONSELHO DA FACULDADE**

ANEXO II: DESENHO CURRICULAR DO CURSO

NÚCLEO	DIMENSÃO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	Sociedade e Direito	Metodologia do Trabalho Científico	34
	Sociedade e Direito	Economia Política	68
	Sociedade e Direito	Introdução ao Estudo do Direito	68
	Sociedade e Direito	Filosofia Jurídica	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Sociologia Jurídica	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Antropologia Jurídica	68
	Sociedade e Direito	Ética Jurídica	34
	Sociedade e Direito	História do Direito	68
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Hermenêutica Jurídica	34
	Sociedade e Direito	Teoria Geral do Estado	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO			578
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Garantias e Direitos Fundamentais	Direitos Humanos	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Constitucional I	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Constitucional II	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Constitucional III	34
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Administrativo I	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Administrativo II	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Financeiro	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Tributário	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Eleitoral	34
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Direito Internacional	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Penal I	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Penal II	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Penal III	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Penal IV	68
	Ética e Meio Ambiente	Medicina Legal	68
	Garantias e Direitos	Teoria Geral do Processo	68

Fundamentais		
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Civil I	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Civil II	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Processual Civil III	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Penal I	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Penal II	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Processual do Trabalho	68
Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Civil I	68
Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Civil II	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Civil III	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Civil IV	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Civil V	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Civil VI	68
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito Agrário	68
Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito Florestal	34
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Empresarial I	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Empresarial II	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Falimentar	34
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito da Propriedade Intelectual	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Individual do Trabalho	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Coletivo do Trabalho	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito da Seguridade Social	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Minerário e Recursos Hídricos	34
Ética e Meio Ambiente	Direito Ambiental	68
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito do Consumidor	34

	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Biodireito e Bioética	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito Indígena e Afro-brasileiro	68
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito dos Portadores de Necessidades Especiais	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito da Criança e do Adolescente	34
SUBTOTAL POR NÚCLEO			2686
<u>EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA</u>	Ética e Meio Ambiente	Deontologia Profissional	34
	Garantias e Direitos Fundamentais	Prática de Organização Judiciária	34
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Laboratório de Pesquisa Jurídica	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Investigação Científica	68
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Monografia Jurídica I	51
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Monografia Jurídica II	17
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Prática Simulada do Processo Constitucional	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Simulada do Processo Administrativo	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Simulada do Processo Cível	34
	Ética e Meio Ambiente	Prática Simulada do Processo Trabalhista	34
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Prática Simulada do Processo Fiscal	34
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Prática Simulada do Processo Penal	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Real I (Penal)	68
	Ética e Meio Ambiente	Prática Real II (Penal)	68
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Prática Real III (Trabalhista)	68
	Direitos Transindividuais,	Prática Real IV (Cível)	68

	Pluralismo Jurídico e Pesquisa		
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Prática Real V (Cível)	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO			782
EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA (DISCIPLINAS OPTATIVAS)	DIREITO	Técnica de Redação Jurídica	68
	DIREITO	Direito e Gênero	68
	DIREITO	Direito Econômico	68
	DIREITO	Tutela Jurídica da Flora e da Fauna	68
	DIREITO	Direito da Concorrência	68
	DIREITO	Linguagem e Argumentação Jurídica	68
	DIREITO	Criminologia	68
	DIREITO	Direito de Execução Penal	68
	DIREITO	Sociologia Criminal	68
	DIREITO	Temas Emergentes de Direito	68
	DIREITO	Instituições de Direito	68
	DIREITO	Instituições de Direito Público e Privado	68
	DIREITO	Direito da Sanidade Pública	68
	DIREITO	Direito do Terceiro Setor	68
	DIREITO	Direito dos Desportos	68
	DIREITO	Direito dos Transportes	68
	DIREITO	Direito Imobiliário	68
	DIREITO	Direito Urbanístico	68
	DIREITO	Mecanismos Alternativos de acesso à Justiça	68
	DIREITO	Temas Atuais do Direito	68
DIREITO	Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos	68	
		Língua Brasileira de Sinais	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO (*Neste núcleo o aluno deverá cursar 4 disciplinas)			272*
Atividades Complementares			360
TOTAL DO CURSO			4678

ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA OFERTA	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
		DI	Antropologia Jurídica	51
DI	Atividade Curricular Optativa I	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa II	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa III	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa IV	51	17	68
DI	Biodireito e Bioética	25	09	34
DI	Deontologia Profissional	25	09	34
DI	Direito Administrativo I	51	17	68
DI	Direito Administrativo II	51	17	68
DI	Direito Agrário	51	17	68
DI	Direito Ambiental	51	17	68
DI	Direito Civil I	51	17	68
DI	Direito Civil II	51	17	68
DI	Direito Civil III	51	17	68
DI	Direito Civil IV	51	17	68
DI	Direito Civil V	51	17	68
DI	Direito Civil VI	51	17	68
DI	Direito Coletivo do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Constitucional I	51	17	68
DI	Direito Constitucional II	51	17	68
DI	Direito Constitucional III	25	09	34
DI	Direito da Criança e do Adolescente	25	09	34
DI	Direito da Propriedade Intelectual	51	17	68
DI	Direito da Seguridade Social	51	17	68
DI	Direito do Consumidor	25	09	34
DI	Direito das Pessoas com Deficiência	25	09	34

DI	Direito Eleitoral	25	09	34
DI	Direito Empresarial I	51	17	68
DI	Direito Empresarial II	51	17	68
DI	Direito Falimentar	25	9	34
DI	Direito Financeiro	51	17	68
DI	Direito Florestal	25	09	34
DI	Direito Indígena e Afro-brasileiro	34	34	68
DI	Direito Individual do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Internacional	51	17	68
DI	Direito Minerário e Recursos Hídricos	25	09	34
DI	Direito Penal I	51	17	68
DI	Direito Penal II	51	17	68
DI	Direito Penal III	51	17	68
DI	Direito Penal IV	51	17	68
DI	Direito Processual Civil I	51	17	68
DI	Direito Processual Civil II	51	17	68
DI	Direito Processual Civil III	51	17	68
DI	Direito Processual do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Processual Penal I	51	17	68
DI	Direito Processual Penal II	51	17	68
DI	Direito Tributário	51	17	68
DI	Direitos Humanos	51	17	68
FCSAT	Economia Política	51	17	68
DI	Ética Jurídica	34	-	34
DI	Filosofia Jurídica	51	17	68
DI	Hermenêutica Jurídica	25	09	34
DI	História do Direito	51	17	68
DI	Introdução ao Estudo do Direito	51	17	68
DI	Investigação Científica	0	68	68
FCSAT	Laboratório de Pesquisa Jurídica	25	09	34
DI	Medicina Legal	51	17	68
FCSAT	Metodologia do Trabalho Científico	25	09	34
DI	Monografia Jurídica I	0	51	51

DI	Monografia Jurídica II	0	17	17
DI	Prática da Organização Judiciária	51	17	68
DI	Prática Real I (Penal)	0	68	68
DI	Prática Real II (Penal)	0	68	68
DI	Prática Real III (Trabalhista)	0	68	68
DI	Prática Real IV (Cível)	0	68	68
DI	Prática Real V (Cível)	0	68	68
DI	Prática Simulada do Processo Administrativo	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Cível	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Constitucional	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Fiscal	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Penal	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Trabalhista	0	34	34
DI	Sociologia Jurídica	51	17	68
DI	Teoria Geral do Estado	51	17	68
DI	Teoria Geral do Processo	51	17	68
SUBTOTAL		2689	1629	4318
Atividades Complementares				360
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				4678

DISTRIBUIÇÃO E CARGA HORÁRIA DE CADA COMPONENTE CURRICULAR E A CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:

Atividades Acadêmicas Curriculares (disciplinas)	3570
Estágio Curricular Supervisionado	578
Disciplinas de TCC	170
Atividades Complementares	360
CARGA HORÁRIA TOTAL	4678

ANEXO IV - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
1º	Filosofia Jurídica	68
	Teoria Geral do Estado	68
	História do Direito	68
	Introdução ao Estudo do Direito	68
	Economia Política	68
	Ética Jurídica	34
	Metodologia do Trabalho Científico	34
SUBTOTAL		408
2º	Sociologia Jurídica	68
	Direito Civil I	68
	Direito Penal I	68
	Direito Constitucional I	68
	Direito Financeiro	68
	Direitos Humanos	68
SUBTOTAL		408
	Teoria Geral do Processo	68
	Direito Civil II	68
	Direito Penal II	68
	Direito Constitucional II	68
	Direito Administrativo I	68
	Antropologia Jurídica	68
	Prática da Organização Judiciária	34
SUBTOTAL		442
4º	Direito Constitucional III	34
	Direito Eleitoral	34
	Direito Civil III	68
	Direito Penal III	68
	Direito Administrativo II	68
	Direito Processual Civil I	68

	Direito Processual Penal I	68
	Prática Simulada do Processo Constitucional	34
SUBTOTAL		442
5º	Direito Empresarial I	68
	Direito Civil IV	68
	Direito Penal IV	68
	Direito Processual Civil II	68
	Direito Processual Penal II	68
	Direito Tributário	68
	Prática Simulada do Processo Penal	34
SUBTOTAL		442
6º	Direito Falimentar	34
	Direito Civil V	68
	Direito Empresarial II	68
	Direito Processual Civil III	68
	Direito Individual do Trabalho	68
	Prática Simulada do Processo Administrativo	34
	Prática Simulada do Processo Cível	34
	Prática Real I (Penal)	68
SUBTOTAL		442
7º	Deontologia Profissional	34
	Direito Civil VI	68
	Medicina Legal	68
	Direito Minerário e Recursos Hídricos	34
	Direito Processual do Trabalho	68
	Direito Ambiental	68
	Prática Simulada do Processo Trabalhista	34
	Prática Real II (Penal)	68
SUBTOTAL		442
8º	Direito do Consumidor	34
	Laboratório de Pesquisa Jurídica	34
	Direito Agrário	68
	Direito Coletivo do Trabalho	68

	Direito da Seguridade Social	68
	Direito da Propriedade Intelectual	68
	Prática Simulada do Processo Fiscal	34
	Prática Real III (Trabalhista)	68
SUBTOTAL		442
9º	Investigação Científica	68
	Biodireito e Bioética	34
	Direito Indígena e Afro-brasileiro	68
	Direito Florestal	34
	Direito das Pessoas com Deficiência	34
	Direito da Criança e do Adolescente	34
	Hermenêutica Jurídica	34
	Atividade Curricular Optativa I	68
	Prática Real IV (Cível)	68
SUBTOTAL		442
10º	Monografia Jurídica I	51
	Monografia Jurídica II	17
	Direito Internacional	68
	Prática Real V (Cível)	68
	Atividade Curricular Optativa II	68
	Atividade Curricular Optativa III	68
	Atividade Curricular Optativa IV	68
SUBTOTAL		408
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		360
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		4678

ANEXO V: DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIA E HABILIDADES

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	ATIVIDADES CURRICULARES
Compreender o Direito no debate cultural, relacionado inclusive com o sistema constitucional brasileiro, aumentando o entendimento a respeito dos valores sociais; do conhecimento técnico e antropológico sobre a arbitragem, mediação e conciliação e o conhecimento da realidade dos povos indígenas da Amazônia	Fazer análise crítica sobre o impacto do Direito sobre a Cultura e vice-versa; conviver durante com as diferenças culturais; ser crítico em relação ao papel do pluralismo jurídico.	Antropologia Jurídica
Analisar as complexas questões jurídicas que surgem em decorrência dos avanços tecnológicos e científicos de forma interdisciplinar e abrangente.	Dominar noções introdutórias: o objeto e divisão do Biodireito; Conhecimento teórico e uma práxis que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões da área da saúde e a dogmática jurídica.	Biodireito e Bioética
Aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam Deontologia Profissional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.	Saber distinguir os vários institutos da Deontologia Profissional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também estes conhecimentos na realidade em que está inserido.	Deontologia Profissional

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Administrativo, como o ato administrativo e suas espécies, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Administrativo I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Administrativo, como o contrato administrativo e suas espécies e também o processo administrativo, assim relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Administrativo II</p>
<p>Distinguir e correlacionar os institutos de direito público e privado; Adquirir conhecimentos sobre o Direito Agrário com configuração imposta pela ordem constitucional vigente; aprender os ensinamentos doutrinários e desenvolver o espírito crítico diante de toda problemática que envolve o Direito Agrário no Brasil, priorizando os direitos dos cidadãos; aprender a identificar o papel do Direito Agrário na sociedade, em constante transformação</p>	<p>Leitura e compreensão de textos e documentos; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito; utilização de instrumentos e técnicas para conhecimento e exercício do direito; interpretação e aplicação do direito; equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos</p>	<p>Direito Agrário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá conhecer os principais problemas ambientais, soluções através do desenvolvimento sustentável, a política ambiental constitucional e regional brasileira, e seus mecanismos de efetividade e os meios de tutela do meio ambiente.</p>	<p>A partir do conhecimento da questão ambiental, o aluno terá uma visão panorâmica crítica capaz de coadunar os problemas ambientais e o desenvolvimento Sustentável, bem como terá conhecimento do aspecto processual administrativo, civil e penal em processos de tutela de meio ambiente e crime ambiental.</p>	<p>Direito Ambiental</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil IV</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil V</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil VI</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá conhecer os institutos de Direito Coletivo, de organização sindical e o poder de flexibilização dos sindicatos, bem como os meios de solução desses conflitos coletivos.</p>	<p>Identificar e conhecer os institutos de Direito Coletivo, de organização sindical e os meios de solução dos conflitos coletivos, desenvolvendo a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças processuais inerentes a matéria.</p>	<p>Direito Coletivo do Trabalho</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente no que diz respeito aos Direitos Humanos.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente no que diz respeito a formação do Estado e a organização judiciária.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente com o Direito Tributário e o com Direito Financeiros e também com as questões sociais relevantes.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Criança e do Adolescente, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Criança e do Adolescente, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Criança e do Adolescente na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Criança e do Adolescente</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Propriedade Intelectual, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Propriedade Intelectual, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Propriedade Intelectual na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Propriedade Intelectual</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Seguridade Social, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Seguridade Social, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Seguridade Social na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Seguridade Social</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito do Consumidor, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito do Consumidor, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito do Consumidor na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito do Consumidor</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Portadores de Necessidades Especiais, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito das Pessoas com deficiência, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito das Pessoas com deficiência na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito das Pessoas com Deficiência</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Eleitoral, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Eleitoral, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Eleitoral na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Eleitoral</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Empresarial, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Empresarial, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Empresarial na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Empresarial I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Empresarial, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Empresarial, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Empresarial na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Empresarial II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Falimentar, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Falimentar, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Falimentar na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Falimentar</p>

<p>Proporcionar ao acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará - Campus Marabá o conhecimento sobre o Direito Financeiro enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da atividade financeira do Estado e principais institutos do Direito Financeiro, e assim ter condições de analisar a questão das receitas e despesas do Estado, compreendendo a concepção de tributos e a diferenciação de cada espécie tributária, partindo-se de uma análise da constituição federal e do CTN, e sua relação com outros ramos do direito.</p>	<p>Ter condições de entender o que seja tributo, como são instituído, distinguindo cada espécie tributária partindo-se da observação da Constituição Federal, analisando criticamente a legalidade de um tributo que venha a ser instituído ou a cobrança daqueles já existentes, bem como, entender as Despesas Públicas e Receita Públicas Originárias e Derivadas.</p>	<p>Direito Financeiro</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Florestal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Florestal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Florestal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Florestal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Indígena e Afro-Brasileiro, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Indígena e Afro-Brasileiro, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Indígena e Afro-Brasileiro na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Indígena e Afro-brasileiro</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir visão crítica quanto a relação capital trabalho, o porque do surgimento do direito do trabalho no Brasil e no mundo, bem como, adquirir conhecimento suficientes para diferenciar relação de trabalho e relação de emprego, bem como identificar os elementos caracterizadores da relação de emprego e os direitos trabalhistas consolidados em nosso ordenamento jurídico, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>Identificar a origem e as mudanças que ocorrem no Direito do Trabalho em razão das mudanças que ocorrem na legislação e nas relações social no Brasil e no mundo; distinguir a relação de emprego da relação de trabalho; identificar elementos e características do contrato de trabalho.</p>	<p>Direito Individual do Trabalho</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Internacional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Internacional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Internacional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Internacional</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Minerário e Recursos Hídricos, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Minerário e Recursos Hídricos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Minerário e Recursos Hídricos na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Minerário e Recursos Hídricos</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relaciona-los com outros ramos do Direito e das chamadas ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários princípios e institutos do Direito Penal, presentes na Parte Geral do Código Penal Brasileira, como aplicação da lei penal no tempo e no espaço, teoria do crime, tipicidade, culpabilidade e antijuridicidade, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito, ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, presentes na Parte Geral do Código Penal Brasileira, como pena, medida de segurança, ação penal e causas de extinção de punibilidade, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relacioná-los com os demais ramos do Direito, ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, principalmente os tipos penais prescritos na Parte Especial do Código Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal, sabendo relacioná-los com outros ramos do Direito e ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, principalmente os tipos penais prescritos na Parte Especial do Código Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal IV</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Civil I</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam Direito Processual Civil II, a fim de reconhecer o recurso a ser utilizado no caso concreto.</p>	<p>Compreender os vários tipos de recursos como requisito importante para o entendimento e aplicação ao caso concreto.</p>	<p>Direito Processual Civil II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam Direito Processual Civil III, a fim de reconhecer se deve ser utilizado o processo de execução ou cautelar, assim como sua aplicação no caso concreto.</p>	<p>Compreender os vários processo de execução e cautelar , como requisito importante para o entendimento e aplicação ao caso concreto.</p>	<p>Direito Processual Civil III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá conhecer o processo trabalhista, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos.</p>	<p>Identificar e conhecer as peculiaridades do processo do trabalho individual e coletivo, em todas as suas fases, e a possibilidade/oportunidade de utilização subsidiária do Processo Civil, desenvolver a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças jurídicas com autonomia e criatividade.</p>	<p>Direito Processual do Trabalho</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Penal, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Penal I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Penal, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Penal II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará -Campus Marabá, ter condições de com base nos princípios constitucionais tributários, na competência prevista na Constituição Federal, entender e analisar o sistema tributário nacional, bem como, distinguir o momento em que a obrigação tributária poderá ser cobrada, as causas de suspensão, extinção, exclusão do crédito tributário, bem como, ter subsídios para apresentar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais tributários.</p>	<p>Ter condições de avaliar a situação de cobrança indevida, a inconstitucionalidade da instituição de um tributo, fundamentar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais, fazendo a correlação com outros ramos do direito quando necessário, entendendo com funciona o sistema constitucional tributário.</p>	<p>Direito Tributário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a Disciplina Direitos Humanos, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da Disciplina Direitos Humanos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da Disciplina Direitos Humanos na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direitos Humanos</p>
<p>Incluir no curso de Direito conhecimento especializado em Economia Política Constitucional; promover uma releitura jurídica sobre os textos clássicos de Adam Smith e Karl Marx; reforçar a base teórica do aluno relacionada com a Teoria Geral da Racionalidade Econômica</p>	<p>Criticar os clássicos da Economia Política a partir do conhecimento jurídico contemporâneo; fazer relatórios técnico-científicos dentro da área tridimensional da Economia Política Constitucional, aplicando o conceito da racionalidade econômica; relacionar o conhecimento da Racionalidade com o cotidiano do cidadão e dos governantes; ser crítico, abstraído a importância das categorias básicas da Microeconomia aplicadas no conhecimento do cotidiano.</p>	<p>Economia Política</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Ética Jurídica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Ética Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Ética Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Ética Jurídica</p>

<p>Análise e síntese do conceito de Direito; Sistematização e inventário das idéias relacionadas com o fenômeno jurídico; debate sobre a prática jurídica a partir de uma linguagem abstrata; produção de conhecimento jusfilosófico.</p>	<p>Conceituar o Direito; fazer uma análise filosófica; conviver, positivamente, com as diferentes abordagens do Direito, constatando que todas elas apresentam alguma sabedoria; saber ser um agente pensador sobre a sua prática acadêmica e jurídica, admitindo, neste caso, a aplicação necessária de certas categorias que são disponibilizadas pela Filosofia.</p>	<p>Filosofia Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Hermenêutica Jurídica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Hermenêutica Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Hermenêutica Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Hermenêutica Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina História do Direito, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina História do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina História do Direito na realidade em que está inserido.</p>	<p>História do Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Introdução ao Estudo do Direito, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Introdução ao Estudo do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Introdução ao Estudo do Direito na realidade em que está inserido.</p>	<p>Introdução ao Estudo do Direito</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação às várias possibilidades que norteiam e formam a disciplina Investigação Científica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber explorar as várias possibilidades da disciplina Investigação Científica, sabendo aplicá-las aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Investigação Científica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Investigação Científica</p>
<p>Incluir experiência de pesquisa científica na formação curricular do aluno de Direito; sistematizar o conhecimento jurídico e o fazer metodológico ao longo do desenvolvendo de determinada epistemologia jurídica; acrescentar dados empíricos na construção do TCC.</p>	<p>Saber concretizar o seu projeto de pesquisa; fazer pesquisa de campo; saber conviver com outros atores importantes na construção da sua pesquisa, além do orientador; ser responsável e ter controle de qualidade sobre os dados que lhe interessam a partir do método jurídico que foi adotado oficialmente.</p>	<p>Laboratório de Pesquisa Jurídica</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Medicina Legal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Medicina Legal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Medicina Legal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Medicina Legal</p>
<p>Incluir na formação do aluno de Direito conhecimento normativo da ABNT; Desenvolver o senso crítico, racional e emocional no campo da Ciência; Preparar o aluno de Direito com instrumentais que facilitarão as demandas relacionadas aos trabalhos acadêmicos.</p>	<p>Pesquisar e localizar as regras do trabalho acadêmico; saber fazer trabalhos acadêmicos como paper, artigos, relatórios, resumos, resenhas, fichamentos e seminários; conviver, nesta disciplina, com os colegas no processo de construção e apreciação dos seminários; reconhecer a importância em ser um estudante autônomo, crítico e livre para aumentar seus conhecimentos normativos, tendo em vista a complexidade do tema e a prática acadêmica exigida ao longo do curso.</p>	<p>Metodologia do Trabalho Científico</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação a disciplina Monografia Jurídica, principalmente no que diz respeito à elaboração do Projeto de Pesquisa, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias possibilidades de conhecimento e investigação científica disponibilizados pela disciplina Monografia Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Monografia Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Monografia Jurídica I</p>
<p>Transformar a monografia em artigo científico; estabelecer um modelo de artigo em conjunto com o curso de Sistema de Informações; buscar e tentar obter indexação bibliográfica; e publicar imediatamente na revista online;</p>	<p>O aluno vai saber pesquisar; escrever uma monografia; sintetizar e finalmente publicar um artigo científico.</p>	<p>Monografia Jurídica II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática da Organização Judiciária, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática da Organização Judiciária, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática da Organização Judiciária na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática da Organização Judiciária</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real I (Penal), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real I (Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real I (Penal) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real I (Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real II (Penal), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real II (Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real II (Penal) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real II (Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá conhecer o processo trabalhista individual, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos, possuindo uma visão crítica da dinâmica processual.</p>	<p>A partir do conhecimento do processo do trabalho individual e coletivo assistir Audiências trabalhistas reais elaborando relatório críticos avaliativos das mesmas, com autonomia e criatividade.</p>	<p>Prática Real III (Trabalhista)</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real IV (Cível), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real IV (Cível), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real IV (Cível) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real IV (Cível)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real V (Cível), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real V (Cível), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real V (Cível) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real V (Cível)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Administrativo</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Cível, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do da disciplina Prática Simulada do Processo Cível, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Cível na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Cível</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Constitucional</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Fiscal</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal e o Direito Processual Penal, tendo ampla noção das peças e atos processuais que movimentam o processo penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias peças do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-las aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal e do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Penal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá conhecer o processo trabalhista individual e coletivo, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos, elaborando peças processuais de diversas fases do dissídio individual e coletivo.</p>	<p>A partir do conhecimento do processo de trabalho individual e coletivo desenvolver a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças jurídicas com autonomia e criatividade.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Trabalhista</p>
<p>Diagnosticar a relação do Direito com o Cotidiano; reforçar a interdisciplinariedade no curso de Direito; resgatar a importância do Direito na discussão das Ciências Humanas; qualificar o aluno para fazer análise do discurso jurídico; qualificar o aluno de Direito para fazer análise institucional.</p>	<p>Conceituar a Sociologia Jurídica a partir dos clássicos; fazer análise do discurso e diagnóstico institucional; conviver, durante a disciplina, com as diferentes abordagens sobre o Direito; ser crítico, durante a disciplina, tendo em vista a necessidade de avaliar o impacto do Direito sobre o seu próprio Cotidiano.</p>	<p>Sociologia Jurídica</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Teoria Geral do Estado, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Teoria Geral do Estado, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Teoria Geral do Estado na realidade em que está inserido.</p>	<p>Teoria Geral do Estado</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam a Teoria Geral do Processo, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>Compreender os princípios e fundamentos do direito processual processual, como requisito importante para o entendimento e aplicação do direito subjetivo em todas as áreas processuais.</p>	<p>Teoria Geral do Processo</p>

DISCIPLINAS OPTATIVAS

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação às técnicas de redação para elaboração das peças judiciárias que norteiam a formação do processo em geral.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias peças que regem o processo em geral, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida técnica de redação à realidade em que está inserido.</p>	<p>Técnica de Redação Jurídica</p>
---	--	---

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Direito e Gênero , sabendo relaciona-los com os ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Direito e Gênero, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito e Gênero</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Econômico, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Econômico, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Econômico</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Tutela Jurídica da Flora e da Fauna, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Tutela Jurídica da Flora e da Fauna, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Tutela Jurídica da Flora e da Fauna</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Concorrência, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito da Concorrência, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Concorrência</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação às técnicas e teorias que norteiam e formam a disciplina Linguagem e Argumentação Jurídica, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias técnicas e teorias que regem a disciplina Linguagem e Argumentação Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Linguagem e Argumentação Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a Criminologia, sabendo relaciona-los com os institutos de Direito Penal e de Direito Processual Penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da Criminologia, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da Criminologia na realidade em que está inserido.</p>	<p>Criminologia</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal), sabendo relacioná-los com os institutos de Direito Processual Penal e de Direito Penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Execução Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Sociologia Criminal, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Sociologia Criminal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Sociologia Criminal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Temas Emergentes de Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Temas Emergentes de Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Temas Emergentes de Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Instituições de Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Instituições de Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Instituições de Direito</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Instituições de Direito Público e Privado, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Instituições de Direito Público e Privado, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Instituições de Direito Público e Privado</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Sanidade Pública, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>: O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito da Sanidade Pública, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Sanidade Pública</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito do Terceiro Setor, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito do Terceiro Setor, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito do Terceiro Setor</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Desportos, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito dos Desportos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplinas na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito dos Desportos</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Transportes, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito dos Transportes, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito dos Transportes</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Imobiliário, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Imobiliário, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Imobiliário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Urbanístico, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Urbanístico, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido</p>	<p>Direito Urbanístico</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Mecanismos Alternativos de Acesso a Justiça, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Mecanismos Alternativos de Acesso a Justiça, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Mecanismos Alternativos de Acesso à Justiça</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Temas Atuais do Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Temas Atuais do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Temas Atuais do Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará-Campus Marabá deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos</p>
<p>Compreender as informações históricas da cultura surda; Domínio dos mecanismos de organização lingüística em LIBRAS; Capacidade de compreender e de se exprimir de forma fluente e espontânea; Capacidade de usar a língua de modo eficaz para fins sociais, acadêmicos e profissionais;</p>	<p>Conhecer as informações históricas da cultura surda; Inferir as possíveis intenções do interlocutor; Compreender e utilizar a língua em diferentes situações interativas;</p>	<p>Língua Brasileira de Sinais</p>

ANEXO – EMENTAS DAS DISCIPLINAS COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

I – ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES DE NATUREZA CIENTÍFICO-CULTURAL.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

BLOCO I

FILOSOFIA JURÍDICA

EMENTA: O modo filosófico de pensar. Problemas teoréticos, práticos e poéticos. Linguagem e conhecimento. As ciências humanas. Ciência do Direito. Filosofia do Direito - Conceito de Filosofia Jurídica. O espírito humano e os valores. Ética e Direito. A análise do fenômeno jurídico e suas ontologias. Possibilidade, natureza e condições do conhecimento jurídico. Lógica jurídica, forma e dialética. Teoria dos valores jurídicos. O Direito no pensamento antigo e medieval – Direito Natural na antiguidade. A Filosofia do Direito numa abordagem moderna e contemporânea: alguns aspectos da problemática jurídica. A Ciência do Direito. Aspectos filosóficos atuais do Direito: Século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva.

BOBBIO, Norberto. - Liberalismo e Democracia. Ed. Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

HEGEL, Georg. Princípios da filosofia do direito. Lisboa: Guimarães.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural. Col. “Os Pensadores”.

_____, _____. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultural – Col. “O Pensadora”.

LUHMAN, Niklas. Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Editora Tempo.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.
_____, _____. Escritos Políticos. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Ed. Saraiva.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. As idéias jurídicas no Brasil. Florianópolis.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Razão e Racionalidade Jurídica. Ed. Acadêmica.

GOYARD-FABRE, Simone. Os fundamentos da ordem jurídica. São Paulo: Martins Fontes.

HABAGNANO, Nicolas. Dicionário de Filosofia. Ed. Mestre Jou.

JAPIASSU, Hilton. Introdução ao Pensamento Epistemológico. Ed. Francisco Alves. CPGD/UFSC (Monografia de Doutorado).

SAUET, Marc. Um café para Sócrates: como a filosofia pode ajudar a compreender o mundo de hoje. Rio de Janeiro: José Olympio.

TEORIA GERAL DO ESTADO

EMENTA: Teoria Geral do Estado. Nação e Estado. Poder Constituinte. Formas Políticas: formas de Estado, formas de Governo, sistemas de Governo. Regimes Políticos. Sistema Representativo. Legalidade e Legitimidade do Poder Político. Poderes e funções do Estado. Elementos Constitutivos do Estado. Soberania. Formação, Modificação e Extinção de Estados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado, Editora Globo.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Ed. Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva.

GALBRAITH, John Kishnsth. Anatomia do Poder - Ed. Pioneira.

MALUF, Sahid. Teoria do Direito e do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva.

_____, _____. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENFICA, Francisco Vani. Curso de Teoria do Estado. Rio de Janeiro: Ed. Forenses.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiável a nossos dias, Ed. Agir.

REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA: Noções gerais: introdução crítica à História do Direito. História. O Direito na antigüidade clássica. O Direito na Alta Idade Média. O Direito na Baixa Idade Média. O Direito na Idade Moderna. O Direito na Idade Contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTAVILA, Jayme. Origem do direito dos povos. São Paulo: ed. Ícone

GLISSEN, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa: ed. Calouste Gulbenkian.

NASCIMENTO, Walter. Lições de história do direito. Rio de Janeiro: ed. Forense.

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. História do Direito. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HESPANHA, Antônio Manuel. História das instituições. Coimbra: Ed. Almedina.

LIMA, João Batista. As mais antigas normas de direito. Rio de Janeiro: ed. Forense.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA: O processo do conhecimento. Pluralidade de significação do Direito. Fundamento do Direito. O Direito como fenômeno social. Os fins do Direito. Norma Jurídica. Fontes do Direito e Poder. As classificações jurídicas. Instituições jurídicas.

Sujeitos do Direito. Relação Jurídica. Fato Jurídico. Técnicas jurídicas. Plenitude do ordenamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Roberto. O que é justiça. São Paulo: Alfa Ômega.

_____, _____. Direito, poder e opressão. São Paulo: Alfa Ômega.

BESSA, Paulo. Uma nova introdução ao direito. São Paulo: Renovar.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: EDUNB.

_____, _____. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas.

MIALLE, Michel. Uma introdução crítica ao direito, Editorial Estampa.

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Luís Fernando. Teoria da ciência do direito. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUNES, Luiz Antonio. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva.

PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro : Forense.

REALE, Miguel. O direito como experiência. São Paulo: Saraiva.

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA: Introdução. Transição para o capitalismo. Mercantilismo. Filosofia e políticas. Tratamento científico da Economia Política. Escola Fisiocrata. Quadro econômico de François Quesnay. Natureza como fonte única de despesa. Escola clássica. Adam Smith. Teoria do valor: base da ulterior teoria do valor do trabalho. Conflito de classes e harmonia social. David Ricardo. Teoria da renda e do lucro. Teoria do valor-trabalho. Thomas Robert Malthus. Teoria da população. Crítica à Economia clássica. Karl Marx. Mercadoria e dinheiro. Trabalho útil e trabalho abstrato. Economia de mercado. Escola neoclássica. Alfred Marshall. Teoria microeconômica. John Maynard Keynes. teoria macroeconômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONZALEZ, H. P. Economia política do capitalismo .Lisboa: Seara Nova.
 SINGER , Paul . Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
 NAPOLEONI , Cláudio . Curso de economia política . Rio de Janeiro: Edições Graal.
 HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOBB, Maurice . Do feudalismo para o capitalismo. Rio de Janeiro
 HUBERMAN, Leo . História da riqueza do homem . Rio de Janeiro: Zahar.
 LANGE , C . Moderna economia política . São Paulo: Vértice Universitária.
 MARX , K. O Capital. Os economistas. Abril Cultural.
 MIGLIOLI , J. O funcionamento da economia capitalista. Ed. Universitária Estadual de Campinas. Mimeo.
 BEUAD, M. História do capitalismo : de 1500 aos nossos dias . São Paulo: Brasiliense.

ÉTICA JURÍDICA

EMENTA: Noções gerais. Conceito e estudo sobre ética. Fontes filosóficas. Ética jurídica. Direito e ética. Lei e ética. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e a ética. Código de ética da OAB. Decisões Judiciais e sua ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B.. Curso de ética jurídica – ética geral e profissional. São Paulo Saraiva.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nova editora.

KANT, Emmanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Livraria Martin Claret.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PERELMAN, Chaim, Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAGUREN, Luiz. Ética.

NUNES, Benedito. A cultura.

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva.

SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à ciência do direito.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: A disciplina tem por objetivo acompanhar o aluno na preparação de seu projeto de monografia final, orientando-o quanto aos métodos e técnicas de pesquisa e à redação do trabalho. Como selecionar o tema e reduzi-lo dentro dos critérios de originalidade, especificidade e profundidade e como preparar o perfil e o cronograma do curso a ser seguido. Para tanto, necessário compreender os conceitos básicos da pesquisa jurídica, sua estrutura e sua classificação. Depois, aprender a situar-se diante do material de pesquisa disponível, além da bibliografia, otimizando o tempo através de uma metodologia adequada. O objetivo final é a entrega de um projeto definitivo de monografia, diminuindo a possibilidade de desistência por parte do aluno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico (nova ABNT). Porto Alegre.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias – acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: Grapel.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: USP.

BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. – São Paulo: Atlas.

HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira: MacKenzie.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. – São Paulo: Atlas.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, Gilberto de Andrade – Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. – São Paulo: Atlas.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Cortez.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

BLOCO II

SOCIOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Sociedade e cultura. As perspectivas sociológicas. Sociologia dos conflitos. Análise funcional. O Direito enquanto fenômeno sócio-cultural. Sociologia do Direito. Sociologia do saber jurídico. As raízes históricas da Sociologia Jurídica. A fundação da Sociologia Jurídica. Sociologia Jurídica e pesquisa social. Direito e mudança social. Crise do Estado-Nação. Globalização econômica. Desenvolvimento Sustentado. Crise da modernidade e pós-modernismo jurídico. As transformações no ensino jurídico, e o papel dos atores jurídicos na sociedade do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNAUD, André-Jean. Introdução a análise sociológica dos sistemas jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar.

CAMPILONGO, Celso. Direito e Democracia. São Paulo: Max Limonad.

_____, Celso e FARIA, José Eduardo. Sociologia Jurídica no Brasil. Porto Alegre: SAFE.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Função social da dogmática jurídica. Editora Max Limonad.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

HEGEL, Georg. Princípios da filosofia do direito. Lisboa: Guimarães.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural. Col. “Os Pensadores”.

_____, _____. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultural – Col. “O Pensadorea”.

LUHMAN, Niklas. Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Editora Tempo.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

_____, _____. Escritos Políticos. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondar. No espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural – Col. “Os Pensadores”.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação Forense e Elementos da Gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SANTOS, Boaventura de Souza. A sociedade dos tribunais e a democratização da justiça. In: Pelas mãos de Alice – O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Editora Cortez.

_____, _____. O direito dos oprimidos. Yale: Universidade de Yale, Tese de Doutorado.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Wander Aurélio. O Ensino Jurídico no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.

COHN, Gabriel (org) Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

FALCÃO, Joaquim e SOUTO, Cláudio (orgs.). Sociologia e Direito. 2.ed. São Paulo: Pioneira.

OAB/Conselho Federal. Ensino Jurídico na OAB. Brasília.

DIREITO CIVIL I

EMENTA: Introdução a Teoria Geral do Direito Civil, Relação Jurídica e Elementos Constitutivos, e a inserção ao estudo das Pessoas (naturais, jurídicas), Bens e Fatos jurídicos. Relação Jurídica: Pessoal e Objeto. Fato Jurídico. Função. Classificação. Efeitos. Negócios Jurídico: Conceito, Conteúdo e Classificação. Elementos essencial, Acidentais e naturais. Nulidade e Anulabilidade (Vícios de consentimento e sociais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEVILAQUA, Clovis. Teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Ed. Rio.

DAIBERT, Jefferson. Introdução ao direito civil. Rio de Janeiro: Forense.

DANTAS, Santiago. Programa de direito civil. Rio de Janeiro: Ed. Rio.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Saraiva.

DOWER, Nelson Godoy. Curso moderno de direito civil: parte geral. Ed. Nelpa.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

FRANÇA, R. Limongi. Manual de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____, _____. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Saraiva.

GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. Rio de Janeiro: Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: parte geral. Rio de Janeiro: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense.

WALD, Arnold. Curso de direito civil brasileiro: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ESPÍNOLA, Eduardo. Sistema do direito civil. Rio de Janeiro: Ed. Rio.

LIMA, João Franzen de. Curso de direito civil brasileiro: introdução e parte geral. Rio de Janeiro: Forense.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. As condições no direito civil. Rio de Janeiro: Forense.

MENDES, João Castro. Teoria geral do direito civil. Lisboa: Editora AAFDL.

MIRANDA, Pontes. Tratado de direito privado: parte geral.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. Teoria geral do direito civil. Coimbra Editora.

RIZZARDO, Arnaldo. Da ineficácia dos atos jurídicos e da lesão no direito. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO PENAL I

EMENTA: Direito Penal. Noções Gerais. Norma Penal e Lei Penal. Teoria da Lei Penal. Princípio da Legalidade. Teoria do Delito. Fato Típico. Culpabilidade. Tipicidade. Antijuridicidade e Causas Excludentes. Imputabilidade e Inimputabilidade Penal. Culpabilidade e Causas Excludentes. Concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Novas tendências do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva.

COSTA JR. Paulo José da. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; Streifinger, Marcello. Apontamentos de direito penal militar. São Paulo: Saraiva.

PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Introdução ao estudo de direito penal. São Paulo: Saraiva.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais.

_____, _____; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; Batista, Nilo. Direito Penal Brasileiro I. Rio de Janeiro: Editora Revan

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret.

BENTHAN, Jeremy. Teoria das Penas Legais e Tratado dos Sofismas Políticos. São Paulo: Edijur.

BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense.

LISZT, Franz Von. A Teoria Finalista no Direito Penal. Campinas: LZN Editora.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA: Noções Preliminares; Constituição e Constitucionalismo; Poder de Reforma Constitucional; Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Partidos Políticos; Estado Federal Brasileiro; União; Estados Federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios; Intervenção Federal; Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. Editora Impetus.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

CAETANO, Marcelo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

_____, _____. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva.

FERREIRA, Pinto. Manual de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

JORGE, Miguel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Ed. Atlas.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ZIMMERMANN, Augusto. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris

DIREITO FINANCEIRO

EMENTA: Receita e Despesa Públicas. Orçamentos. Técnicas de Elaboração. Administração Pública Financeira pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.), Aspectos Relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Editora Dialética.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FONROUGE, Carlos M. Giuliani. Derecho Financiero. Buenos Aires: Depalma, 2001, 7ª edición, actualizada por Susana Camila Navarrine y Rubén Oscar Asorey.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

NASCIMENTO, Carlos Valder. Finanças Públicas e Sistema Constitucional Orçamentário. Rio de Janeiro: Editora Forense.

_____, _____. Lei de Responsabilidade Fiscal – Teoria e Prática (Coord.). Rio de Janeiro: América Jurídica.

_____, _____; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coords.). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

VILLEGAS, Héctor Belisario. Curso de Finanzas, Derecho Financiero e Tributario. Buenos Aires: Editorial Astrea.

DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Noções gerais. Conceito e fundamentos. Direitos Humanos e a Constituição Federal. Tratados e Convenções internacionais. Atores internacionais na defesa dos Direitos Humanos. Conflitos de interesses entre o Estado e os Direitos Humanos. Espécies de Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos no Estado do Pará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVAZERE, Thelma Thais. Direito Internacional da Pessoa Humana: a circulação internacional de pessoas. Rio de Janeiro: Renovar.

GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MAIA, Marrielle. Tribunal Penal Internacional: aspectos institucionais, jurisdição e princípio da complementaridade. Belo Horizonte: Del Rey.

MELLO, Celso D. Albuquerque. Direitos Humanos e Conflitos Armados. Rio de Janeiro: Renovar.

_____. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Renovar.

MEDEIROS, A. O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira (Série Ação Parlamentar, 110).

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: comentários aos arts. 1^a a 5^a da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas.

PINHEIRO, Carla. Direito Internacional e Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonad.

RODRIGUES, Simone Martins. Segurança Internacional e Direitos Humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-guerra. Rio de Janeiro: Renovar.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva.

_____. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. O Esgotamento Interno no Direito Internacional. 2^a ed. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos no Limiar do Novo Século e as Perspectivas Brasileiras. São Paulo: Paz e Terra.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. Teoria geral dos direitos humanos. Rio Grande do Sul: Sérgio Antonio Fabris.

ALVES, J.A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva.

AMBOS, Kai, CARVALHO, Salo de (org.). O Direito Penal no Estatuto de Roma: leituras sobre os Fundamentos e a Aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BALDI, César Augusto (org.). Direitos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar.

BENVENUTO LIMA JR, JAYME. Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Rio de Janeiro: Renovar.

_____. Direitos humanos internacionais: perspectiva prática no novo cenário mundial. Recife : Bagaço.

_____. Manual de direitos humanos internacionais. São Paulo: Loyola.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e políticos. São Paulo: Saraiva.

_____. Tratado Internacional de Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor.

_____. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____. A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos no direito brasileiro. San José da Costa Rica-Brasília. Instituto Interamericano de Direitos Humanos/Comitê Internacional da Cruz Vermelha/Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados/Comissão da União Européia.

_____. O esgotamento de recursos internos no direito internacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CHOUKR, Fauzi Hassan, AMBOS, Kai.(orgs.). Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva.

HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Potella. O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. São Paulo: Edusp.

JAYME, Fernando G. Direitos Humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos. Belo Horizonte: Del Rey.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e a justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais e europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva.

_____.(org).Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad.

_____ e GOMES, Luiz Flávio (org.). O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____e IKAWA, Daniela (coordenadores). Direitos Humanos. Volumes I e II. Curitiba: Juruá.

RAMOS, André de Carvalho. Direitos Humanos em Juízo- comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad.

_____.Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos: seus elementos, a reparação devida e possíveis sanções. Rio de Janeiro: Renovar.

WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros.

BLOCO III

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA: Noções Gerais sobre o Direito Processual. Estudo dos conceitos fundamentais e da trilogia estrutural do processo. Institutos formadores do Processo Civil, Penal, Trabalhista e Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL SANTOS, Moacyr. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. A ação no direito processual civil brasileiro. Salvador: Livraria Progresso.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.

GRINOVER, Ada Pellegrini. As garantias constitucionais do direito de ação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____, _____. As condições da ação penal. São Paulo: Bushatsky.

_____, _____. Direito processual civil. São Paulo: Bushatsky.

SILVA, Ovídio Baptista da. Teoria geral do processo civil. Porto Alegre: Ed. Letras Jurídicas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BETTI, Emílio. Processo civile: diritto romano, in Novíssimo Digesto Italiano.

CAPPELLETTI, Mauro. Processo e ideologie. Pádua: Cedam.

CARNELUTTI, Francesco. Teoria generale del diritto. Roma: Foro.

_____, _____. Diritto e processo. Nápoles: Morano.

_____, _____. Sistema del diritto processuale civile. Pádua: Cedam

CARREIRA ALVIM, José Eduardo Carreira, Elementos de Teoria Geral do Processo.

LESSA, Pedro. Do poder judiciário. Rio de Janeiro: Fco. Alves.

DIREITO CIVIL II

EMENTA: Direito das Obrigações. Conceito. Fontes. Classificação. Modalidades obrigacionais. Inadimplemento. Assunção de dívida. Extinção das obrigações. Liquidação das obrigações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário Silva da. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil (no Novo Código Civil). São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. Rio de Janeiro: Forense.

CENEVIVA, Walter. Lei de registros públicos comentada. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. São Paulo, Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro interpretada. São Paulo:Saraiva.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol 1.São Paulo: Saraiva.

RIZZARDO, Arnaldo. Parte Geral do Código Civil. Rio de Janeiro: Forense.

STOLZE, Pablo Gagliano. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil, São Paulo: Saraiva.

DIREITO PENAL II

EMENTA: Sanção Penal. Pena: noções gerais, conceito, espécies, aplicabilidade, suspensão condicional da penal, livramento condicional, efeitos da condenação e reabilitação. Medida de Segurança: noções gerais, conceito, espécies, aplicabilidade. Ação Penal: espécies. Extinção de Punibilidade: causas. Prescrição: formas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Novas tendências do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva.

COSTA JR. Paulo José da. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Introdução ao estudo de direito penal. São Paulo: Saraiva.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: REVAN.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais.

_____, _____; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; Batista, Nilo. Direito Penal Brasileiro I. Rio de Janeiro: Editora Revan

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret.

BENTHAN, Jeremy. Teoria das Penas Legais e Tratado dos Sofismas Políticos. São Paulo: Edijur.

BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense.

LISZT, Franz Von. A Teoria Finalista no Direito Penal. Campinas: LZN Editora.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA: Poder Legislativo; Imunidades Parlamentares; Processo Legislativo; Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária; Poder Executivo; Ministros de Estado; Poder Judiciário; Garantias do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Justiça Federal Comum; Justiças Federais Especializadas; Justiças Estaduais; Funções Essenciais à Justiça; Controle Jurisdicional de Constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. Editora Impetus.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

CAETANO, Marcelo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

_____, _____. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva.

FERREIRA, Pinto. Manual de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

JORGE, Miguel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Ed. Atlas.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ZIMMERMANN, Augusto. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA: Direito Administrativo; Administração Pública; Poderes Administrativos; Administração Pública; Administração Direta e Indireta; Serviços Públicos; Atos Administrativos; Licitações. Contratos administrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Editora Método.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Políticas públicas – reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva.

CAETANO, Marcelo. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

ENEI, José Virgílio Lopes. Project finance: financiamento com foco em empreendimentos (parcerias público-privadas, leveraged, buy-outs e outras figuras afins). São Paulo: Saraiva.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MUKAI, Toshio. O estatuto da cidade – Anotações à Lei nº 10.257, de 10-7-2001. São Paulo: Saraiva.

NASSAR, Elody. Prescrição na administração pública. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALESSI, Renato. Diritto Admmnistrativo. Milão.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros.

CAVALCANTE, Temístocles Brandão. Tratado de direito administrativo. Livraria Freitas Bastos.4v.

CRETELLA JÚNIOR, José. Administração indireta brasileira. Rio de Janeiro: Forense.

_____, _____. Tratado do domínio público. Rio de Janeiro:Forense

DALLARI, Adilson Abreu. Regime constitucional dos servidores públicos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense.

ENTERRIA, Eduardo Garcia de, FERNANDEZ, Tomás Ramón. Curso de direito administrativo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direito constitucional econômico. Rio de Janeiro: Saraiva.

FRANÇA, R. Limongi. Manual prático das desapropriações. Rio de Janeiro: Saraiva.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

FAGUNDES, N. Seabra. Controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. José Konfino-Editor.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Empresas públicas e sociedades de economia mista. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais. São Paulo: Malheiros

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Princípios gerais de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral, parte especial. Rio de Janeiro: Forense.

SARMENTO, George. Improbidade Administrativa. Porto Alegre: Síntese.

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Antropologia e história da Antropologia Jurídica. Estudo comparativo entre sociedades primitivas e o Estado Democrático de Direito. Aderência da Antropologia para o estudo das sociedades contemporâneas. Lendas e narrativas na formulação do universo cultural de um povo e seus efeitos na recepção das normas jurídicas antropológicas jurídicas no Brasil. O índio e o negro na cultura brasileira e movimentos atuais de inclusão social na dimensão jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCO, Bela Feldman (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global Universitária.

CUNHA, Manuela Carneiro. Os Direitos do Índio. São Paulo: Brasiliense.

SHIRLEY, Robert Waner. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLARTES, Robert. Sociedade vs. Estado. São Paulo: Saraiva.

DA MATA, Roberto. Carnavais, Malandros e heróis. Para uma Sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar.

DAVIS, Shelton, T. (org.). Antropologia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar.

PRÁTICA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

EMENTA: Noções gerais. Organização judiciária na Constituição Federal. Jurisdição e competência: aprofundamentos da questão. Códigos de Organização Judiciária. Código de Organização Judiciária do Estado do Pará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MILHOMES, Jônhatas e ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Rio de Janeiro.

BLOCO IV**DIREITO CONSTITUCIONAL III**

EMENTA: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Sistema Tributário; Ordem Econômica e Financeira; Ordem Social; Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. Editora Impetus.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

CAETANO, Marcelo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva.

_____, _____. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva.

FERREIRA, Pinto. Manual de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

JORGE, Miguel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Ed. Atlas.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ZIMMERMANN, Augusto. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris

DIREITO ELEITORAL

EMENTA: Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes. Relação com outras disciplinas jurídicas. Representação popular. Partidos políticos. Pluripartidarismo. Alianças partidárias. Proibição no Direito Brasileiro do monopartidarismo. Organização eleitoral, Sufrágio, Natureza jurídica, Modalidades, Sistemas eleitorais, Sistema majoritário, Sistema proporcional e Sistema misto. Justiça Eleitoral, O Controle do Sistema Eleitoral, Organização e composição, Competências. Ministério Público Eleitoral, Posição institucional, Organização, competências. Capacidade eleitoral, Requisitos e limitações à capacidade eleitoral. Alistamento eleitoral, Do ato do alistamento, Efeitos do alistamento, Requisitos à inscrição eleitoral, Processo, Fases do alistamento, Transferência, Cancelamento, Exclusão, fiscalização partidária. Teoria da Inelegibilidade das novas mudanças do TSE (Mudanças em 2002 e 2003) em face do Instituto da Reeleição. Teoria e Prática das Impugnações Eleitorais.

Eleições: Aspectos Administrativos e Disciplinares. Invalidez no Direito Eleitoral. Propaganda Eleitoral. Crimes Eleitorais, Progressivo isolamento do crime eleitoral na legislação penal comum. Da natureza dos crimes eleitorais. Classificação. Conexão de Crimes Eleitorais. As penas nos Crimes Eleitorais. Do Processo Penal e do Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Princípios Processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral. Aspectos Processuais Cíveis do Direito Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto, & CUNHA, Sérgio Sérvulo. Manual de direito eleitoral. São Paulo: Saraiva.

CÂNDIDO, Joel J. Direito eleitoral brasileiro. São Paulo: Edipro.

PINTO, Djama. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas.

RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Impetus.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Direito eleitoral contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PONTE, Antônio Carlos. Crimes eleitorais. São Paulo: Saraiva.

TELLES, Olívia Raposo da Silva. Direito eleitoral comparado – Brasil, Estados Unidos, França. São Paulo: Saraiva

VELLOSO, Carlos Mário, & AGRA, Walber de Moura. Elementos de direito eleitoral. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CIVIL III

EMENTA: Estudo das Obrigações em particular. Os Contratos e as Declarações da Vontade. Espécies de Contrato. Responsabilidade Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol1. São Paulo: Saraiva, 2005

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil, vol 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEREIRA, Caio Mário Silva da. Instituições de Direito Civil, vol 1 Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil (no Novo Código Civil). São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil, vol 1. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CENEVIVA, Walter. Lei de registros públicos comentada. São Paulo: Saraiva, 2001.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil, vol 1 São Paulo, Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução ao código civil Brasileiro interpretada. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol 1. São Paulo, Saraiva, 2003.

STOLZE, Pablo Gagliano. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil, São Paulo, Saraiva, 2002.

DIREITO PENAL III

EMENTA: Teoria dos crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Direito penal do trabalho. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Legislação penal especial. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

- _____, _____. Novas tendências do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva.
- COSTA JR. Paulo José da. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva.
- ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus. São Paulo: Saraiva.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus
- JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.
- PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais.
- _____, _____; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; Batista, Nilo. Direito Penal Brasileiro I. Rio de Janeiro: Editora Revan

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret.
- BENTHAN, Jeremy. Teoria das Penas Legais e Tratado dos Sofismas Políticos. São Paulo: Edijur.
- BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.
- HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense.
- LISZT, Franz Von. A Teoria Finalista no Direito Penal. Campinas: LZN Editora.
- TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: REVAN.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA: Licitações; Contratos Administrativos; Processo Administrativo; Controle dos Atos da Administração Pública; Responsabilidade Civil da Administração; Servidores Públicos; Bens Públicos; Intervenção do Estado na Propriedade Privada; Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Editora Método.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Políticas públicas – reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva.

CAETANO, Marcelo. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

ENEI, José Virgílio Lopes. Project finance: financiamento com foco em empreendimentos (parcerias público-privadas, leveraged, buy-outs e outras figuras afins). São Paulo: Saraiva.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MUKAI, Toshio. O estatuto da cidade – Anotações à Lei nº 10.257, de 10-7-2001. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Licitações e contratos públicos. São Paulo: Saraiva.

NASSAR, Elody. Prescrição na administração pública. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALESSI, Renato. Direito Administrativo. Milão.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros.

CAVALCANTE, Temístocles Brandão. Tratado de direito administrativo. Livraria Freitas Bastos.4v.

CRETELLA JÚNIOR, José. Administração indireta brasileira. Rio de Janeiro: Forense.

_____, _____. Tratado do domínio público. Rio de Janeiro:Forense

DALLARI, Adilson Abreu. Regime constitucional dos servidores públicos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense.

ENTERRIA, Eduardo Garcia de, FERNANDEZ, Tomás Ramón. Curso de direito administrativo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direito constitucional econômico. Rio de Janeiro: Saraiva.

FRANÇA, R. Limongi. Manual prático das desapropriações. Rio de Janeiro: Saraiva.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

FAGUNDES, N. Seabra. Controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. José Konfino-Editor.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Empresas públicas e sociedades de economia mista. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais. São Paulo: Malheiros

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Princípios gerais de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral, parte especial. Rio de Janeiro: Forense.

SARMENTO, George. Improbidade Administrativa. Porto Alegre: Síntese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA: O direito processual no contexto das ciências jurídicas. Direito processual penal e extrapenal. Institutos fundamentais do direito processual não penal. Princípios gerais do processo civil. Formas de expressão do direito processual civil. A lei processual no espaço e no tempo. Organização judiciária brasileira. Institutos fundamentais do direito processual: Jurisdição e competência. Da ação. Do processo. Dos atos processuais. Da petição inicial. Da resposta do réu. Da prova. Das providências preliminares. Da audiência. Da Sentença e da coisa julgada. Tutela antecipada e tutela específica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

DEDA, Artur Oscar de Oliveira. A prova no processo civil. São Paulo: Saraiva.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros Editores.

GRECO Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico, Manual de direito processual civil. São Paulo: Millenium.

SANTOS, Moacyr Amaral, Primeiras Linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARMONA, Carlos Alberto, Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, Milton Paulo, Manual da Competência Civil. Rio de Janeiro: Saraiva.

COLUCCI, Maria da Glória Lins da Silva e ALMEIDA, José Maurício Pinto de, Lições de Teoria Geral do Processo. Curitiba: Juruá.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, GOMES, Fábio Luiz, Teoria geral do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA: Direito Processual Penal. Persecução Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil Ex Delicto. Jurisdição e Competência. Processo e Procedimento. Relação Processual Penal. Prova Penal. Prisão Provisória. Liberdade Provisória. Relaxamento de Prisão. Habeas Corpus. Fiança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Mohamed. Código de Processo Penal na Expressão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

FERNANDES, Antônio Scarance. Processo penal constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal anotado. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. São Paulo: Bookseller.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.

_____, _____. Código de Processo Penal interpretado. São Paulo: Atlas.

NORONHA, E. Magalhães. Curso de direito processual penal. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

RAGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA, Walter. O processo penal. Rio de Janeiro: Edição do Autor.

BITENCOURT, César Roberto. Juizados Especiais Criminais e alternativas à pena de prisão. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

_____, _____. Juizados especiais criminais federais. São Paulo: editora Saraiva.

GOMES, Luis Flávio. Suspensão condicional do processo penal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, SCARANCE & MAGALHÃES. Recursos no processo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de processo penal. São Paulo: Saraiva.

PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. São Paulo: Malheiros ed.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL

EMENTA: Noções gerais. Processo Constitucional: conceitos e fundamentos. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. Tramitação das ações nos tribunais superiores (competência originária).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar.

_____, _____. Interpretação e Aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo.

BASTOS, Celso Ribeiro. Lei Complementar: teoria e comentários. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros.

_____. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

PEIXINHO, Manoel Messias. A Interpretação Constitucional e os Princípios Fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SARTORI, Giovanni. Engenharia Constitucional: como mudam as constituições. trad. Sérgio Bath, Brasília: Universidade de Brasília.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3ª ed. ver., amp. e atual. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. Mutação Constitucional. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Manual de Interpretação Constitucional. São Paulo: Saraiva. CANOTILHO, J. J. Gomes. Fundamentos da Constituição. Coimbra: Coimbra, _____, _____. Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. Coimbra: Coimbra.

_____, _____. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Lisboa: Almedina.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. Medidas Provisórias. Max Limonad.

COELHO, Inocêncio Mártires. Interpretação Constitucional. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris editor.

HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. trad. Gilmar Ferreira Mendes, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5ª da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas.

SILVA, José Afonso da. Poder Constituinte e Poder Popular: estudos sobre a constituição. São Paulo: Malheiros editores, 2000.

_____, _____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Flávia de Almeida. Interpretação Constitucional e Prestação Jurisdicional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BLOCO V

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA: Noções Gerais. O Direito Empresarial na Constituição Federal. Noção de empresa e empresário. Perspectivas históricas. Do comércio - conceitos fundamentais. O ato de comércio e a figura do empresário. Sistema de caracterização. Obrigações em Geral. O empresário individual e as sociedades mercantis. O estabelecimento empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPINHO, Sérgio. Direito da empresa. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar.

GUSMÃO, Mônica. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Impetus.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. São Paulo: Saraiva.

REQUIÃO, Rubens – Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO SANTOS, Theófilo – Manual dos Títulos de Crédito, Ed. Palles, Rio de Janeiro.

CARVALHO MENDONÇA, J. K. – Tratado de Direito Comercial Brasileiro, Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

DIAS, José de Aguiar, Responsabilidade Civil em Debate, Rio de Janeiro, Forense, 1993.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais Extracontratuais, São Paulo, Saraiva, 17ª ed., 2002.

_____, Tratado teórico e prático dos contratos. 2.ed. São Paulo: Saraiva. v.4

_____, Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil, São Paulo, Saraiva, 12ª ed., 1907.

FERREIRA, Waldemar – Tratado de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo.

FIUZA, César, Direito Civil, Curso Completo, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GOMES, Orlando, Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 18º ed. 1998.

JUNQUEIRA, Miriam. Contratos Eletrônicos, Rio de Janeiro, Mauad, 1997.

MARTINS, Fran – Títulos de Crédito, vol. I, Ed. Forense, Rio de Janeiro

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Obrigações - 2ª parte, São Paulo, Saraiva, 29ª ed., 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil , Rio de Janeiro, Forense, 1997

PONTES DE MIRANDA – Direito Cambiário, Ed. José Olimpio, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade, São Paulo, Saraiva, 28ª ed., 2002.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro, Direito Civil. Contratos, S. Paulo: Atlas, 2ª ed. 1999.

VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Contratos em espécie e responsabilidade civil, vol. 3º, S. Paulo: Atlas, 2001.

VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos, vol. 2º, S. Paulo: Atlas, 2002.

WALD, Arnaldo, Curso de Direito Civil Brasileiro, Obrigações e Contratos, Vol II, São Paulo: Revista dos Tribunais , 13º ed. 1998.

DIREITO CIVIL IV

EMENTA: Direitos das Coisas. Direitos Reais. Posse. Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Direitos Reais sobre Coisas Alheias e de garantia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil (obrigações). São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário Silva da. Instituições de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil (parte geral das obrigações). São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo . Direito Civil: obrigações, Teoria Geral. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PENAL IV

EMENTA: Crimes contra os costumes. Crimes contra a Família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Novas tendências do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva.

COSTA JR, Paulo José da. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Direito penal das licitações. São Paulo: Saraiva.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais.

_____, _____; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; Batista, Nilo. Direito Penal Brasileiro I. Rio de Janeiro: Editora Revan

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret.

BENTHAN, Jeremy. Teoria das Penas Legais e Tratado dos Sofismas Políticos. São Paulo: Edijur.

BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense.

LISZT, Franz Von. A Teoria Finalista no Direito Penal. Campinas: LZN Editora.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: REVAN.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

EMENTA: Das ações de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie e seus procedimentos. Uniformização da jurisprudência. Súmulas vinculantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros Editores.

FARIAS, Cristiano Chaves; DIDIER JR., Fredie. Procedimentos especiais cíveis – Legislação Extravagante. São Paulo: Saraiva.

GRECO Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico, Manual de direito processual civil. São Paulo: Millenium.

ORIONE NETO, Luiz. Recursos cíveis. São Paulo: Saraiva.

SARAIVA, José. Recurso especial eo STJ. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Moacyr Amaral, Primeiras Linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARMONA, Carlos Alberto, Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, Milton Paulo, Manual da Competência Civil. Rio de Janeiro: Saraiva.

COLUCCI, Maria da Glória Lins da Silva e ALMEIDA, José Maurício Pinto de, Lições de Teoria Geral do Processo. Curitiba: Juruá.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, GOMES, Fábio Luiz, Teoria geral do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA: O procedimento penal e suas formas. Procedimento comum ou ordinário relativo aos crimes apenados com reclusão de competência do juiz singular. Procedimento relativo aos crimes dolosos contra a vida. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. Procedimentos especiais previstos em leis especiais. Procedimento sumaríssimo (Juizado Especial Criminal). Questões incidentes. Sentença penal. Nulidades. Recursos aplicados no Processo Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Mohamed. Código de Processo Penal na Expressão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

FERNANDES, Antônio Scarance. Processo penal constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal anotado. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. São Paulo: Bookseller.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.

_____, _____. Código de Processo Penal interpretado. São Paulo: Atlas.

- NORONHA, E. Magalhães. Curso de direito processual penal. São Paulo: Saraiva.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- RAGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva.
- _____, _____. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva.
- TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença criminal. Prática de aplicação de pena e medida de segurança. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ACOSTA, Walter. O processo penal. Rio de Janeiro: Edição do Autor.
- BITENCOURT, César Roberto. Juizados Especiais Criminais e alternativas à pena de prisão. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- _____, _____. Juizados especiais criminais federais. São Paulo: editora Saraiva.
- GOMES, Luis Flávio. Suspensão condicional do processo penal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.
- GRINOVER, SCARANCE & MAGALHÃES. Recursos no processo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de processo penal. São Paulo: Saraiva.
- PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. São Paulo: Malheiros ed.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Princípios gerais de Direito Tributário. Sistema Tributário Constitucional. Limites Constitucionais ao Poder de Tributar. Competência Tributária. Obrigação Tributária. Constituição, Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Responsabilidade. Garantias. Administração. Processo. Espécies Tributárias: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhorias e Contribuições Especiais. Contribuições de intervenção no Domínio Econômico sobre combustíveis – CIDE e

Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte – SIMPLE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. São Paulo, Saraiva.

CARVALHO, P.B. de. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.

MELO, José Eduardo Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva.

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Sacha Calmon Navarro Teoria Geral do Tributo: Saraiva.

DORIA, Antônio Roberto Sampaio. Direito Constitucional tributário e Due Process of Law. Rio de Janeiro: Forense.

FALCÃO, Amilcar de Araújo. Fato Gerador da Obrigação Tributária. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

FERRAZ, Tércio Sampaio. Teoria da Norma Jurídica. Rio de Janeiro: Forense.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO PENAL

EMENTA: Visão organizacional da Polícia Civil e da Polícia Federal. Elaboração de peças destinadas a instauração do Inquérito Policial por iniciativa do advogado do ofendido. Análise em concreto das peças informativas do Inquérito Policial.

Elaboração das peças defensivas mais importantes do processo penal condenatório.

Exame das peças e dos atos processuais produzidos no âmbito da Relação

Processual Penal. Realização de audiências instrutórias. Exibição através de vídeo e

DVD de sessões de julgamento filmados. Visita aos estabelecimentos prisionais e aos principais setores do judiciário e do Ministério Público. Júri Simulado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMA, José de Souza. Curso de Prática Forense Penal. Duque de Caxias: Arsgráfica.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SILVA, Luiz Cláudio. Juizado especial criminal. Prática e teoria do processo. Rio de Janeiro: Editora Forense.

TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença criminal. Prática de aplicação de pena e medida de segurança. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA, Walter. O processo penal. Rio de Janeiro: Edição do Autor.

BITENCOURT, César Roberto. Juizados Especiais Criminais e alternativas à pena de prisão. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Luis Flávio. Suspensão condicional do processo penal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, SCARANCE & MAGALHÃES. Recursos no processo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal anotado. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. São Paulo: Bookseller.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.

_____, _____. Código de Processo Penal interpretado. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de processo penal. São Paulo: Saraiva.

NORONHA, E. Magalhães. Curso de direito processual penal. São Paulo: Saraiva.

PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. São Paulo: Malheiros ed.

RAGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva.

BLOCO VI

DIREITO FALIMENTAR

EMENTA: Nota introdutória sobre a falência: o crédito. Execução singular e coletiva. Procedimentos concursais. Os conceitos e fundamentos econômicos e jurídicos da falência. Origem etimológica da palavra falência. Aspectos jurídicos preliminares da falência. A falência do ponto de vista formal e material. A falência do devedor empresário e do devedor civil. A nova lei de falência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRÃO, Nelson. Curso de direito falimentar. Saraiva. Os credores na falência. Saraiva. A continuação do negócio na falência. Ed. LEUD.

ÁLVARES, Walter T. Direito falimentar. São Paulo: Sugestões Literárias.

ARAÚJO, José Francelino de. O síndico na administração da falência. Ed. RT.

AUTUORI, Luiz. Fundo de comércio. Forense.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas.

FRAN MARTINS. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRÃO, Carlos Henrique, et alli (Coords). Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: Saraiva.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e concordata. Ed. Saraiva.

ANDRADE, Jorge Pereira. Manual de falências e concordatas. Ed. Atlas.

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil. Saraiva.

BATALHA, Wilson de Souza Campos; Batalha, Silvia Marina Labate. Falências e

concordatas: comentários à lei de falências: doutrina, legislação, jurisprudência. Ed. LTR.

BEDRAN, Elias. Falências e concordatas no direito brasileiro. Ed. Alba.

BONELLI, Gustavo. Del fallimento. Milano.

DÓRIA, Dylson. Curso de direito comercial. Saraiva.

FARIA, Bento de. Código Comercial Brasileiro. Direito comercial.

FERRARA, Francesco. Il fallimento. Milano.

FERREIRA, Waldemar. Tratado de direito comercial. Saraiva.

FRONTINI, Paulo Salvador. O crime falimentar. Verbete em Enciclopédia de Direito. Saraiva.

PERIN JÚNIOR, Ecio. Preservação da empresa na lei de falências. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CIVIL V

EMENTA: Direito de família. Noções gerais. Casamento e união estável. Regime de bens. Dissolução do matrimônio. Parentesco. Filiação. Adoção. Pátrio poder. Alimentos. Novas formas de família (casais do mesmo sexo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, vol 3. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Orlando. Contratos. 25ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil: contratos. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2005.

DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA: Título de crédito. Noções básicas e sua teoria. Estudo específico dos diversos títulos de créditos mercantis. Noções gerais sobre títulos industriais e rurais. Aspectos mercantis do Sistema Financeiro Nacional. Contratos do Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPINHO, Sérgio. Direito da empresa. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar.

GUSMÃO, Mônica. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Impetus.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. São Paulo: Saraiva.

REQUIÃO, Rubens – Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO SANTOS, Theófilo – Manual dos Títulos de Crédito, Ed. Palles, Rio de Janeiro.

CARVALHO MENDONÇA, J. K. – Tratado de Direito Comercial Brasileiro, Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

DIAS, José de Aguiar, Responsabilidade Civil em Debate, Rio de Janeiro, Forense, 1993.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais Extracontratuais, São Paulo, Saraiva, 17ª ed., 2002.

_____, Tratado teórico e prático dos contratos. 2.ed. São Paulo: Saraiva. v.4

_____, Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil, São Paulo, Saraiva, 12ª ed., 1907.

FERREIRA, Waldemar – Tratado de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo.

FIUZA, César, Direito Civil, Curso Completo, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GOMES, Orlando, Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 18º ed. 1998.

JUNQUEIRA, Miriam. Contratos Eletrônicos, Rio de Janeiro, Mauad, 1997.

MARTINS, Fran – Títulos de Crédito, vol. I, Ed. Forense, Rio de Janeiro

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Obrigações - 2ª parte, São Paulo, Saraiva, 29ª ed., 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil , Rio de Janeiro, Forense, 1997

PONTES DE MIRANDA – Direito Cambiário, Ed. José Olimpio, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade, São Paulo, Saraiva, 28ª ed., 2002.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro, Direito Civil. Contratos, S. Paulo: Atlas, 2ª ed. 1999.

VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Contratos em espécie e responsabilidade civil, vol. 3º, S. Paulo: Atlas, 2001.

VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos, vol. 2º, S. Paulo: Atlas, 2002.

WALD, Arnoldo, Curso de Direito Civil Brasileiro, Obrigações e Contratos, Vol II, São Paulo: Revista dos Tribunais , 13º ed. 1998.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA: Processo de execução: conceito e generalidades. Teoria geral da execução. Fraude à execução. Execução definitiva e provisória. Das espécies de execução. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Embargos do devedor no processo de execução. Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. Processo Cautelar. Procedimentos cautelares específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros Editores.

GRECO Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico, Manual de direito processual civil. São Paulo: Millenium.

ORIONE NETO, Luiz. Processo Cautelar. São Paulo: Saraiva.

RENAULT, Sérgio; BOTTINI, Pierpado (Coord.). A nova execução de títulos judiciais. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Moacyr Amaral, Primeiras Linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARMONA, Carlos Alberto, Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, Milton Paulo, Manual da Competência Civil. Rio de Janeiro: Saraiva.

COLUCCI, Maria da Glória Lins da Silva e ALMEIDA, José Maurício Pinto de, Lições de Teoria Geral do Processo. Curitiba: Juruá.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, GOMES, Fábio Luiz, Teoria geral do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

EMENTA: Noções fundamentais, Contrato Individuais de Trabalho e Relação de Emprego. Caracterização. Contratos Afins. Contratos Especiais de Trabalho. Sujeitos e conteúdo. Obrigações decorrentes do contrato.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando e GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

SUSSEKIND, Arnaldo e outros. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CESARINO JR., A. F. e CARDONE, Marly A. Direito Social. São Paulo: LTR.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho. São Paulo: LTR.

MARANHÃO, Délio e CARVALHO, Luis Inácio B. Direito do Trabalho. Fundação Getúlio.

SOUZA, Ronald A. Manual de Legislação Social. São Paulo LTR.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMENTA: O procedimento administrativo. Processo Administrativo. Processo de Licitação. Desapropriação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAETANO, Marcelo. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RIGOLIN, Ivan Barbosa; BOTTINO, Marco Túlio. Manual prático das licitações. São Paulo: Saraiva.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SILVA, Carlos Henrique Dantas da. Plano Diretor – Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva.

ZANOTELLO, Simone. Manual de redação, análise e interpretação de editais de licitação. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros.

CAVALCANTE, Temístocles Brandão. Tratado de direito administrativo. Livraria Freitas Bastos.4v.

FRANÇA, R. Limongi. Manual prático das desapropriações. Rio de Janeiro: Saraiva.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Princípios gerais de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral, parte especial. Rio de Janeiro: Forense.

SARMENTO, George. Improbidade Administrativa. Porto Alegre: Síntese.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO CÍVEL

EMENTA: Petição Inicial. Resposta do Réu. Audiência. Recursos. Instrumentos dos Atos processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 1998.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 1998.

MILHOMES, Jônhatas e ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Rio de Janeiro: 2001.

PRÁTICA REAL I (PENAL)

EMENTA: Acompanhamento de processos criminais pelo Núcleo de Prática Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAMA, José de Souza. Curso de Prática Forense Penal. Duque de Caxias: Arsgráfica.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Luiz Cláudio. Juizado especial criminal. Prática e teoria do processo. Rio de Janeiro: Editora Forense.

TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença criminal. Prática de aplicação de pena e medida de segurança. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

BLOCO VII

DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

EMENTA: Conceituação de Deontologia Jurídica. Código de Ética e Estatuto dos Advogados. Origens da profissão de Advogado. O exercício da profissão de Advogado. A Advocacia nos tempos atuais. Bibliografia profissional indispensável. O Advogado e o Processo Civil. Libertas Conviciandi. Da responsabilidade do Advogado pela propositura das ações. A ética profissional do Advogado. O Código de Ética Profissional aprovado pela O.A.B. em 1934. Dos deveres fundamentais do Advogado. Da responsabilidade funcional do Advogado. Das relações entre o Advogado e o Cliente. Das relações em Juízo e com a Administração Pública. O Tribunal de Ética. A regulamentação do exercício da profissão de Advogado. A Ordem dos Advogados do Brasil. Requisitos para a inscrição na O.A.B.. O compromisso do Advogado ao receber a sua Carteira Profissional. Sociedades de Advogados. Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da Advocacia. Deveres e Direitos dos Advogados, Estagiários e Provisionados. Diceologia. Infrações disciplinares. Penalidades e sua aplicação. Processo Disciplinar. Honorários de Advogados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. . Curso de ética jurídica. São Paulo: Saraiva.

CARDELA, Haroldo Paranhos. Ética profissional da advocacia. São Paulo: Saraiva.

LÂNGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. São Paulo: Saraiva.

LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. São Paulo: Saraiva.

SOUZA, Josyanne Nazareth de; COLNAGO, Rodrigo. Ética profissional da advocacia. São Paulo: Saraiva.

VASQUEZM, A. S. Ética. Civilização Brasileira.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONDIN, J. B. Introdução à Filosofia. São Paulo: Ed. Paulinas.

LANDMANN, J. Ética Médica sem Máscaras. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

- Estatuto da OAB

- Lei Orgânica do Ministério Público

- Lei nº 8.625, de 12/02/1993

- Lei Complementar nº 01, de 10/11/1982

- Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

- Lei nº 8.906, de 04/07/1994

DIREITO CIVIL VI

EMENTA: Estudo das relações jurídicas concernentes à sucessão hereditária. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e partilha de bens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Vicente. (org.). A nova família: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Renovar. 1997.

CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000

CZAJKOWSKI, Rainer. União Livre à Luz da Lei 8.971/94 e da Lei 9.278/96, Curitiba: Juruá, 1999.

DANTAS, San Tiago. Direito de Família e das Sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – volume 5. São Paulo: Saraiva, 2000.

DOLINGER, Jacob. A família no Direito Internacional Comparado. Casamento e divórcio. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

FACHIN, L.E. Elementos Críticos do Direito de Família. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

- GIORDANI, Mario Curtis. Código Civil a Luz do Direito Romano: Direito de Família. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.
- KAUSS, Omar Gama Ben, Manual de Direito de Família e das Sucessões, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1999.
- MÔNACO DA SILVA, José Luiz. Questões de Direito de Família. São Paulo, Icone, 1997.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil – volume 2. São Paulo: Saraiva, 1999.
- PEREIRA, Áurea Pimentel Divórcio e Separação Judicial, Rio de Janeiro, Renovar, 1998.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva Instituições de Direito Civil. Vol.V. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil – volume 6. São Paulo: Saraiva, 2000.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (org.) Direitos de Família e do Menor. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MEDICINA LEGAL

EMENTA: Medicina Legal: conceito e definição. O exercício da medicina no Brasil. Os conselhos. Noções de deontologia médica. Ética médica. O segredo médico. Noções de dociologia médica. Eutanásia. Documentos médicos jurídicos. Identidade e identificação. Datiloscopia. Poroscopia. Psicologia forense. A embriagues alcóolica. Capacidade civil e responsabilidade penal. Tanatologia forense. Necropsia. Perinecropsia. Traumatologia forense. Lesões corporais. Lesões produzidas por diversos instrumentos. Lesões produzidas por projéteis de arma de fogo: orifícios de entrada e de saída, distância do disparo. Sexologia forense. Impedimentos matrimoniais. Dos crimes contra a procriação. Estupro e ultraje público ao pudor. Contágio venéreo. A gravidez: diagnóstico, parto e puerpério. Aborto. Infanticídio. Investigação de paternidade. Axfixiologia e os diversos tipos de asfixia. Venenos e envenenamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CROCE, D. Manual de Medicina Legal. São Paulo: Saraiva.

CROCE JUNIOR, Delton. Vocabulário médico-forense. São Paulo: Saraiva.

FAVERO, F. Medicina Legal. Belo Horizonte: Itatiaia.

MARANHÃO, Odon Ramos. Curso básico de medicina legal. São Paulo: Malheiros.

PENNA, João Bosco. Lesões corporais: caracterização clínica e médico legal. São Paulo: LED.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, H. V. de. Compêndio de Medicina Legal. Rio de Janeiro: Saraiva.

FERNANDES, Paulo Sergio Leite. Aborto e infanticídio. São Paulo: Sugestões Literárias.

GOMES, H. Medicina Legal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

SIMONIM, C. Medicina Legal Judicial. Barcelona: Jims.

DIREITO MINERÁRIO E RECURSOS HÍDRICOS

EMENTA: Noções Gerais. Direito Minerário e Recursos Hídricos na Constituição Federal. Direito de propriedade e o aproveitamento das espécies minerais. Aspectos espaciais da atividade minerária. Os regimes jurídicos da exploração mineral. Características da atividade minerária. Legislação e recursos hídricos. Direito das Águas. Proteção ao Direito das Águas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEDRAN, Elias. A mineração à luz do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Alba.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: AIDE.

SÃO PAULO, Vera de. Da propriedade das minas e jazidas. São Paulo: Ed. Brasileira de Direito.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAMOS, José Luiz Bonifácio. O regime e a natureza jurídica do direito dos recursos geológicos dos particulares. Lisboa: Lex Edições Jurídicas.

SOUZA, Marcelo Gomes de. Direito minerário e meio ambiente. Belo Horizonte: Del Rey.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EMENTA: Comissões prévias de conciliação. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência. Dissídio individual. Recursos. Execução. Dissídio coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Introdução ao Processo do Trabalho. São Paulo: Ltr.

_____, _____. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo: Ltr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Ltr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista. São Paulo: Ltr.

_____, _____. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo: Ltr.

DIREITO AMBIENTAL

EMENTA: Noções gerais sobre o Direito Ambiental: conceito, elementos formadores, fundamentos constitucionais, finalidade e objetivos. Políticas, sistemas e legislação ambientais. Recursos ambientais e poluição. Instrumentos de proteção e defesa do meio ambiente. Infrações ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. _____, _____. Direito ambiental. Lumen Juris.

_____, _____. Jurisprudência ambiental brasileira. Lumen Juris.

BENJAMIN, Antônio Herman V. (Coordenador). Dano ambiental - Prevenção, Reparação e Repressão. São Paulo: RT.

COSTA JR, Paulo José da. Direito penal ecológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

DERANI, Cristina. Direito ambiental econômico. São Paulo: Saraiva.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. Princípios do direito processual ambiental – A defesa judicial do patrimônio genético, do meio ambiente cultural, do meio ambiente artificial, do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente natural no Brasil. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito das águas e meio ambiente. Ícone.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Tutela constitucional do meio ambiente. São Paulo: Saraiva.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Ação civil pública e inquérito civil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no direito processual civil brasileiro. São Paulo: RT.

FILHO, Wanderley Rebello. Guia prático de direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes contra a natureza. São Paulo: RT.

_____. Direito administrativo e Meio Ambiente. Juruá.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação popular. RT.

_____. Interesses difusos. RT.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva.

MILARÉ, Édis e BENJAMIN, Antônio Herman V. Estudo prévio de impacto ambiental. RT.

MILARÉ, Édis (Coordenador). Ação civil pública. RT.

OLIVEIRA, Helli Alves de. Da responsabilidade do Estado por danos ambientais. Forense.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito tributário e meio ambiente. Renovar.

PRADO, Luiz Régis. Direito penal ambiental. RT.

SAMPAIO, Francisco. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO TRABALHISTA

EMENTA: Elaboração de peças do Processo Trabalhista. Simulação de audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Introdução ao Processo do Trabalho. São Paulo: Ltr.

_____, _____. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo: Ltr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Ltr.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista. São Paulo: Ltr.

_____, _____. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo: Ltr.

PRÁTICA REAL II (PENAL)

SÚMULA: Acompanhamento de processos criminais pelo Núcleo de Prática Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAMA, José de Souza. Curso de Prática Forense Penal. Duque de Caxias: Arsgráfica.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Luiz Cláudio. Juizado especial criminal. Prática e teoria do processo. Rio de Janeiro: Editora Forense.

TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença criminal. Prática de aplicação de pena e medida de segurança. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

BLOCO VIII

DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA: Noções Gerais. O Direito do Consumidor na Constituição Federal. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Relação de consumo. Práticas comerciais e contratuais. Tutelas civil, administrativa e penal e jurisdição do consumidor. Órgãos que atuam na proteção e defesa do consumidor. Atuação do Poder Judiciário. Atuação do Ministério Público. Atuação da Defensoria Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Os direitos dos consumidores. Coimbra: Livraria.

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva.

BITTAR, Carlos Alberto. Responsabilidade civil por danos a consumidores. São Paulo: Saraiva.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Responsabilidade civil do fabricante e a defesa do consumidor. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais.

MATOS NETO, Antônio José. Manual do consumidor: doutrina, jurisprudência e legislação. Belém: CEJUP.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e patrimônio cultural. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ROCHA, Silvio Luiz Ferreira da. Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. A nova interpretação do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Comentários ao Código de Proteção dos Consumidores. Comentadores TOSHIO MUKAI... [et alli]; Coord. Juarez de Oliveira. São Paulo, Saraiva.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais.

NASCIMENTO, Tupinanbá Miguel de Castro do. Comentários ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro: AIDE.

PRADE, Péricles. Conceito de interesse difuso. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

Revista de Direito do Consumidor.

Revista de Direito Civil; Imobiliário; Agrário e Empresarial.

Revista de Direito Mercantil.

Revista de Processo.

LABORATÓRIO DE PESQUISA JURÍDICA

EMENTA: Atuação em pesquisa aplicada a casos concretos, inseridos na realidade das regiões sul e sudeste do Estado do Pará.

Oficina de elaboração de Projeto de Pesquisa: Noções preliminares sobre a investigação científica. As fases da investigação científica. Investigação científica aplicada ao Direito. Produção do Projeto de Pesquisa que culminará no TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico (nova ABNT). Porto Alegre.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias – acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: Grapel.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: USP.

BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. – São Paulo: Atlas.

HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira: MacKenzie.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. – São Paulo: Atlas.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, Gilberto de Andrade – Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. – São Paulo: Atlas.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Cortez.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO AGRÁRIO

EMENTA: Teoria geral do direito agrário. Institutos básicos. Imóvel rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião especial. Zoneamento e cadastro. Colonização. Reforma agrária. Tributação da terra. Legitimação de posse. Assistência à economia rural. Cooperativismo. Crédito rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. São Paulo: Saraiva.
FALCÃO, Ismael Marinho. Direito agrário brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação e prática. Bauru: EDIPRO.
MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 5. ed. rev. atual. e amp. Goiânia: AB.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. São Paulo: Saraiva.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.
BRASIL. Estatuto da Terra e Legislação Agrária Brasileira.
MIGUEL NETO, Sulaiman. Questão agrária. Campinas: Bookseller.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

EMENTA: O sindicato na Constituição Federal Brasileira. Organização Sindical e Ações Sindicais. Fontes de Custeio Sindical. OIT. As Convenções ns. 87 e 98 da OIT. Comparação entre o modelo proposto pela OIT e o modelo brasileiro. Liberdade Sindical e Representação de Trabalhadores nos Locais de Trabalho. Conflitos Coletivos de Trabalho. Autonomia Coletiva Privada. Negociação Coletiva. Formas de Composição de Conflitos Coletivos: Autotutela, Autocomposição e Heterocomposição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LT.
CÂNDIA, Ralph. Comentários aos Contratos Trabalhistas Especiais. São Paulo: LTR.
GOMES, Orlando e GOTTSCHALK Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense.
ROMITA, Arion Sayão. Direito do Trabalho – Estudos. Ed. Freitas Bastos.
TRINDADE, Washington Luiz da. Compêndio de Direito do Trabalho Marítimo, Portuário e Pesqueiro. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CATHAN'NO, José Martins. Contrato de Emprego Futebolístico. Rev. Dir. Trab.-

GONÇALVES, Emílio. Os Professores e o Direito do Trabalho.

REIS, Nélio. Contratos Especiais de Trabalho. Ed. Freitas Bastos.

RIPERT, Georges. Compêndio de Derecho Marítimo. Tipografia Editora – Argentina

MELO FILHO, Álvaro. Direito Desportivo Atual. Rio de Janeiro: Forense.

CARDONE, Marly. Viajantes e Pracistas no Direito do Trabalho. São Paulo: LTR.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito Sindical. São Paulo: LTr.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

EMENTA: Noções Gerais. A Seguridade Social na Constituição Federal. Implantação, evolução e legislação da seguridade social. Direito Previdenciário no Brasil. Benefícios no Brasil. Beneficiários da previdência social. Salário-de-Contribuição. Salário de benefício e valor dos benefícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALERA, Wagner. A Seguridade Social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. Curso de Direito Previdenciário. Coordenação: Homenagem a Moacyr Cardoso Veloso de Oliveira. São Paulo: LTR.

COIMBRA, Feijó. Direito Previdenciário Brasileiro. Rio de Janeiro: Trabalhistas.

MARTINEZ. Wladimir Novaes. A Seguridade social na Constituição Federal. São Paulo- Ltr.

_____. Princípios de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr

_____. Comentários à Lei Básica da Previdência Social. São Paulo: LTr.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDONE, Marly A. Previdência-assistência-saúde: o não trabalho na Constituição de 1988. São Paulo: LTr.

LEITE, Celso Barroso. Dicionário enciclopédico de Previdência Social. São Paulo: LTr.

MAGANO, Octávio Bueno. Lineamentos de infortunistica. São Paulo: José Bushatsky.

RUPRECHT, Alfredo J. Direito da Seguridade Social. São Paulo: LTR.

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

EMENTA: Propriedade intelectual e propriedade industrial. Criação intelectual. Publicações da obra. Direitos autorais de personalidade, de nomeação e de exploração. Traduções e adaptações. Titularidade e defesa dos direitos autorais: registro e ações. Representação e execução. Extinção dos direitos autorais. Propriedade Industrial: conceito, proteção, classificação e exploração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIMENTA, Eduardo S. Dos crimes contra a propriedade intelectual. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SANTOS, Manuella. Direito autoral na era digital – impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva.

SILVEIRA, Newton. A Propriedade Intelectual e a Nova lei de Propriedade Industrial. São Paulo: Editora Saraiva.

_____, _____. Curso de Propriedade Industrial. Editora Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da Propriedade Industrial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SOARES, José Carlos Tinoco. Tratado da Propriedade Industrial. Editora Jurídica Brasileira.

LOBO, Thomás Thedim. Introdução à Nova Lei de Propriedade Industrial. São Paulo: Editora Atlas.

LOUREIRO, Luiz Guilherme de A.V.. Lei de Propriedade Industrial Comentada.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. Tratado de Direito Comercial. Livraria Freitas Bastos S/A.

Revista do INPI. Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro.

PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO FISCAL

EMENTA: Ação Fiscal. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos federais. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos estaduais. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos municipais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1997.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Atualizada e acrescida por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CARRAZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 1994.

CASTRO, Alexandre Barros. Processo tributário. São Paulo: Saraiva.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2000.

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. Direito Financeiro & Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PRÁTICA REAL III (TRABALHISTA)

EMENTA: Atuação em casos concretos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BLOCO IX

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

EMENTA: Noções preliminares sobre a investigação científica. As fases da investigação científica. Investigação científica aplicada ao Direito.

Desenvolvimento da **Pesquisa Científica** objeto do projeto de pesquisa previamente aprovado na disciplina **Laboratório de Pesquisa** que culminará na **Monografia Jurídica** acompanhada pelo **Professor Orientador**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico (nova ABNT). Porto Alegre.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias – acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: Grapel.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: USP.

BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. – São Paulo: Atlas.

HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira: MacKenzie.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. – São Paulo: Atlas.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, Gilberto de Andrade – Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. – São Paulo: Atlas.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Cortez.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

BIODIREITO E BIOÉTICA

EMENTA: Noções gerais. Conceito de biodireito. Conceito de bioética. Fundamentos médicos e jurídicos. Biodireito e bioética na Constituição Federal de 1988. Bioética e biodireito e os direitos humanos. Legislação pertinente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBANO, Lilian Maria José. Biodireito – os avanços da genética e seus efeitos ético-jurídicos. Rio de Janeiro: Editora Atheneu.

BARBOSA, Heloisa Helena, BARRETO, Vicente de Paulo. Temas de biodireito e bioética. Rio de Janeiro: Revovar.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. São Paulo: Saraiva.

GARCIA, Maria. Biodireito Constitucional – questões atuais. Coleção Biodireito e Bioética. Editora Campus.

GARCIA, Maria; GAMBÁ, Juliane Cavarieri; MONTAL, Zélia Cardoso. Biodireito Constitucional – Questões atuais – Col. Biodireito e Bioética. Editora Campus.

LOUREIRO, Cláudia Regina Magalhães. Introdução ao biodireito. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Darnival da Silva, BICUDO, Hélio. A vida dos direitos humanos – bioética médica e jurídica. Editora SAFE.

MUSSE, Luciana Barbosa. Novos sujeitos de direito. Editora Campus.

ZOBOLI, Elma; OGUISSO, Taka. Ética e bioética – desafios para a enfermagem e saúde. Editora Manole Medicina.

DIREITO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRO

EMENTA: O campo do Direito e das relações Raciais. Abordagem jurídica das relações Raciais. Conceitos de Racismo, Preconceito e Discriminação. Raça e Etnia. Desigualdades raciais. Os indígenas e os afro-brasileiros no cenário político-jurídico do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADESKY, Jacques d'. Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas.

BENTO, Aparecida. Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as Relações Raciais. São Paulo: Ed. Ática.

BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo. Rio de Janeiro: Record.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

BRANDÃO Adelino. Direito racial brasileiro: teoria e prática. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira.

CASHMORE, Ellis et al. Dicionário de relações étnicas e raciais. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus.

DUARTE, Evandro C. Piza (coord.). Cotas raciais no ensino superior. Evandro C. Piza Duarte, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Paulo Vinicius Baptista da Silva (coords). Curitiba: Juruá.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Ed. Fator.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro. Renovar.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática.

_____, _____. O escravismo colonial. São Paulo: Ática.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Vol.I, Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdade raciais no Brasil. 2. Editora da UFMG. Belo Horizonte.

MOREIRA NETO, Carlos. Índios da Amazônia de maioria a minoria. Petrópolis: Vozes.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. São Paulo: Ed. Celso.

CARVALHO, Paulo de Barros. A Visão Semiótica na Interpretação do Direito. Apostila de Direito Coimbra: Ed. Almedina.

Coleção Constituições Brasileiras. Publicação do Conselho Editorial do Senado Federal. Brasília - CD-Room.

FANON, Frantz: Os condenados da terra. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Ed. Atlas.

GARCIA, Maria. Desobediência Civil – Direito Fundamental. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

GUIBERNAU, MONTSERRAT, Maria. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HELLER, Agnes. Além da justiça. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. O Papel do Direito Penal no Enfrentamento da Discriminação. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PIOVESAN, Flávia & GUIMARÃES, Luis Carlos Rocha. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial in Direitos Humanos: Construção da Liberdade e da Igualdade. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

- Relatório da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Traduzido em Língua portuguesa por Verônica Maria da Silva Gomes. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Cia. Das Letras.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo Cortez.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR.

SILVA JR. Hédio. Anti-Racismo – Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais). São Paulo: Ed. Oliveira Mendes.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

TODOROV, Tzevetan. Nós e os outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____, _____. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes.

WEST, Cornel. Questão de raça. São Paulo: companhia das Letras.

DIREITO FLORESTAL

EMENTA: Noções gerais. Direito Florestal e a Constituição Federal. Direito Ambiental e Direito Florestal. Direito de Propriedade: função social. Fundamentos e legislação do Direito Florestal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Editora Saraiva.

FARIAS, Talden. Licenciamento Ambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum.

ZANETTI, Eder. Meio Ambiente – Setor Florestal. Editora Juruá.

_____. Certificação e Manejo de Florestas Nativas Brasileiras.

Editora Juruá.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora Saraiva.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: A gestão ambiental em foco. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MUKAI, Toshio. Direito Ambiental Sistematizado. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NETO, Nicolau de Castro e Costa. Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Belo Horizonte: DelRey.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva.

DIREITO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

EMENTA: Noções Gerais. O direito dos portadores de necessidades especiais na Constituição Federal. A Legislação vigente. Tutelas civil, administrativa e penal. Atuação dos órgãos públicos em defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais. Regras para o espaço urbano em relação aos direitos dos portadores de necessidades especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENZON, Rolando O. (org.). As pessoas portadoras de deficiência e nós. Editora Paulinas.

MOREIRA, Glauco Roberto Marques. Pessoas portadoras de deficiência – pena e constituição. Editora Safe.

NISS, Pedro Henrique Távora; NISS, Luciana Toledo Távora. Pessoas portadoras de deficiência no direito brasileiro. Editora Juarez de Oliveira.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo Cortez.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro. Renovar.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. O Papel do Direito Penal no Enfrentamento da Discriminação. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

TODOROV, Tzevetan. Nós e os outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EMENTA: Noções gerais. Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Da defesa da criança e do adolescente. Atuação do Poder Judiciário. Atuação do Ministério Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERGARIA, Jason Soares. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS E PROMOTORES DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1995.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUSTAMANTE, Ricardo; SODRÉ, Paulo César. Ensaio Jurídico. vol. I. Rio de CAVALLIERI, Alyrio. Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente – 385 objeções. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 1994.

GARCEZ, Sérgio Matheus. O Novo Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 1994.

GARCIA MENDEZ, Emílio; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Das Necessidades aos Direitos. São Paulo: Malheiros, 1994.

LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Publico Caio Bessa. Conselhos e Fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1993.

MAZILLI, Hugo Nigro. O Ministério Público do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Saraiva, 2000.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Caderno de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1995.

PEREIRA, Tânia da Silva. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estudos Sociojurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

_____. Direito da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas; VIANNA, Guaraci de Campos; SANTOS, Willian Douglas Resinente. Ensaio Crítico sobre Direito Penal e Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen, Juris, 1995.

SILVA, José Luiz Mônico da. Estatuto da Criança e do Adolescente – comentários. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1994.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

SIQUEIRA, Liborni. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

_____. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo et al. Direitos de Família e do Menor. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

TUBENCHLAK, James; BUSTAMANTE, Ricardo. Livro de Estudos. vol. I, II, III, V e X. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1990.

TUBENCHLAK, James. Doutrina. vol. I. Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 1996.

VIANNA, Guaraci de Campos; VARELLA, Sérgio Seabra. Da Atuação da Defesa na Justiça da Infância e da Juventude. Rio de Janeiro: Institutos de Estudos Jurídicos, 1991.

HERMENÉUTICA JURÍDICA

EMENTA: Noções gerais. Conceito e fundamentos da hermenêutica jurídica. Interpretação das normas jurídicas. Aplicação da norma jurídica. Lógica e interpretação da norma jurídica. As várias correntes da hermenêutica jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Christiano José. Hermenêutica jurídica no Brasil. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio, Campus.

_____ Teoria do Ordenamento. Fundação Universidade de Brasília.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Aplicação do Direito no Contexto Social. 2ª edição, Ed. Revista dos Tribunais.

COELHO, Fernando. Lógica jurídica e interpretação das leis. Rio de Janeiro: ed. Forense.

GARCIA, Manoel Calvo. Teoria del Derecho. Editorial Tecnos, Madrid.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Ed. Forense, RJ.

_____ Contratos. Ed. Forense, RJ.

MANHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Introdução ao estudo do direito: conceito, objeto e método. Rio de Janeiro: Forense.

MAXIMILIANO, Carlos. RJ, Forense.

REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. SP, Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico: Fundamento de uma nova Cultura no Direito. SP, Alfa-Ômega.

PRÁTICA REAL IV (CÍVEL)

EMENTA: Acompanhamento de processos cíveis pelo Núcleo de Prática Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 1998.

MILHOMES, Jônhatas e ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Rio de Janeiro: 2001.

BLOCO X**MONOGRAFIA JURÍDICA I**

EMENTA: Elaboração de Projeto de Pesquisa e Monografia Jurídica através do acompanhamento de Professor Orientador.

Produção da Monografia Jurídica através do acompanhamento de Professor Orientador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico (nova ABNT). Porto Alegre.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.
TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias – acadêmica, da ciência e da pesquisa.
Belém: Grapel.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: USP.

BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. – São Paulo: Atlas.

HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira: MacKenzie.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. – São Paulo: Atlas.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.

MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, Gilberto de Andrade – Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. – São Paulo: Atlas.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Cortez.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

MONOGRAFIA JURÍDICA II

EMENTA: Proporcionar ao aluno de Direito, ao professor orientador de TCC e à Faculdade de Direito a oportunidade de publicação de artigos científicos que de fato, apresentem qualidade acadêmica reconhecida e possam contribuir no processo de socialização do saber jurídico, na Revista Monográfica (on line) de Direito de Marabá.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.
- FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.
- FLORÊNCIO, Gilberto Ronald Lopes. Novo dicionário jurídico – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora de Direito.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico (nova ABNT). Porto Alegre.
- NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.
- OLIVEIRA NETO, José. Dicionário jurídico – terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.
- TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias – acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: Grapel.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: USP.
- BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. – São Paulo: Atlas.
- HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira: MacKenzie.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. – São Paulo: Atlas.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris.
- MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, Gilberto de Andrade – Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. – São Paulo: Atlas.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Cortez.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO INTERNACIONAL

EMENTA: Conceito, evolução e fontes do Direito Internacional. Sujeitos internacionais. A cooperação internacional entre os Estados. A disciplina internacional dos espaços. O contencioso internacional. Lei aplicável ao contrato internacional. Direito Humanitário em tempos de paz e de guerra. Controvérsias internacionais. O Direito Internacional na atualidade. As relações internacionais observadas sob o prisma jurídico - o Direito Internacional determinando os sujeitos das relações internacionais, assim como seus direitos e deveres fundamentais. Estudo jurídico da atividade dos Estados, dos indivíduos e de outros organismos nas relações internacionais. Casos e circunstâncias em que as leis de um Estado são aplicáveis no território de outro. Nacionalidade. Direitos do estrangeiro. Conflitos de leis no espaço no âmbito internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AKEHURST, Michael. Introdução ao direito internacional. Coimbra: Almedina.

AMARAL JÚNIOR, Alberto Do. Introdução ao direito internacional. São Paulo: Atlas.

BARRAL, Weber. Direito internacional: normas e práticas. Florianópolis: Fundação Boiteux.

BOSON, Gerson De Britto Mello. Direito internacional público: o estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del-Rey.

BROWNLIE, Ian. Princípios de direito internacional público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DIHN, Ngueyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. Direito internacional público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DUPUY, René-Jean. O direito internacional. Coimbra: Almedina.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de direito internacional público. São Paulo: Editora Ltr.

JO, Hee Moon. Introdução ao direito internacional . São Paulo: Editora Ltr.

MAZUOLLI, Valério de Oliveira. Direito internacional público. São Paulo: Revista Dos Tribunais.

MEIRA MATTOS, Adherbal. Direito internacional público. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO SILVA, G.E; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. São Paulo: Editora Saraiva.

ALBUQUERQUE MELLO, Celso D. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

AMORIM ARAÚJO, Luís Ivani. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Editora Forense.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Princípios de direito internacional contemporâneo. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MIRANDA, Jorge. Curso de direito internacional público. Lisboa: Principia Editora.

PEREIRA, Andre Gonçalves; QUADROS, Fausto de. Manual de direito internacional público. Coimbra: Almedina.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva.

RUSSOMANO, Gilda Marciel Corrêa Meyer. Direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Direito ambiental internacional. Rio de Janeiro: Thex Editora.

SOARES, Albino de Azevedo. Lições de direito internacional público. Coimbra: Coimbra Editora.

SOARES, Guido Fernandes da Silva. Curso de direito internacional público. São Paulo: Editora Atlas.

_____. Direito internacional do meio ambiente. São Paulo: Editora Atlas.

STEINFUS, Ricardo; VENTURA, Dayse. Direito internacional público. Porto Alegre: Livraria do Advogado

SUSSEKIND, Arnaldo. Direito internacional do trabalho: São Paulo: Ltr.

TOUCOZ, Jean. Direito internacional. Lisboa: Publicações Europa-América.

TRUYOL Y SERRA, Antônio. Noções fundamentais de direito internacional público. Coimbra: Studium.

PRÁTICA REAL V (CÍVEL)

EMENTA: Acompanhamento de processos cíveis pelo Núcleo de Prática Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 1998.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MILHOMES, Jônhatas e ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Rio de Janeiro: 2001.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

TÉCNICA DE REDAÇÃO JURÍDICA.

EMENTA: A técnicas de elaboração dos textos de peças jurídicas. Aplicação da linguagem forense. O estudo técnico vocabulário terminológico jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOUGLAS, William; AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Editora Impetus.

FREITAS, Martinho Marcos; MACIEL, José Fábio Rodrigues; ALBUQUERQUE, Ricardo. Português – Bases gramaticais para a produção Textual. São Paulo: Saraiva.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Redação forense e elementos da gramática. São Paulo: Premier Máxima.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LA TOULOUBRE, Marina Bevilacqua de. Inglês jurídico para profissionais. São Paulo: Saraiva.

DIREITO E GÊNERO.

EMENTA: Noções gerais. Conceito de gênero. Classificação e finalidade. Direitos da mulher (Lei Maria da Penha). Direitos do homem. Direito das diversidades sexuais: direitos dos homossexuais. Opções sexuais. Crimes contra Homossexuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELESBÃO, Elsitá Collor (Coordenadora). Pessoa, gênero e família – Uma visão integrada do Direito. Editora Livraria do Advogado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DE LEON, Adriano; GARCIA, Loreley Gomes (Organizadores). Abrindo a caixa de pandora. UFPB Editora.

DIREITO ECONÔMICO.

EMENTA: Conceito de Estado. Características dos diferentes tipos de Estado: Estado antigo, Estado grego, Estado romano, Estado feudal, Estado Liberal, Estado Contemporâneo (Comunismo, Social-Democracia, Socialismo e Neo-Liberalismo). A disciplina jurídica da atividade econômica: sistema capitalista de regime intervencionista. O Direito Econômico. As diferentes correntes doutrinárias. Objeto. Autonomia. Fontes. Sujeitos. Características das relações jurídico-econômicas. Noção de constituição econômica. Normas jurídicas: princípios e regras. Princípios constitucionais de ordenação econômica. Princípios infra-legais de ordenação econômica. A disciplina da conjuntura econômica. Direito e poder econômico: público e privado. Capital e trabalho. O conceito de grupo hegemônico. Os grupos de pressão. Função social dos meios de produção: propriedade e contrato. Poupança, consumo e investimento. A questão da tecnologia. Funções da moeda e do crédito. Moeda: nominalismo e correção monetária. O sistema financeiro nacional. A distribuição do exercício da atividade econômica. Formas de intervenção do Estado no domínio econômico. A intervenção “sobre” e “no” domínio econômico.

O planejamento. Privatização e Estatização. A globalização e o papel do Estado Nacional. Responsabilidade do Estado por intervenção no domínio econômico. Evolução da teoria da responsabilidade. Mudança de ótica: a responsabilidade do Estado e a intervenção econômica. A pessoa que infringe a norma. A norma infringida e o “modus agendi” do infrator. A escolha da opção econômica pelo Estado e o princípio da igualdade. As normas diretivas e o princípio da lucratividade. As normas indutivas e o princípio do direito adquirido. As promessas governamentais e o princípio da boa fé. A pessoa atingida pela infração à norma. A sanção aplicável. A reparação. A democratização e a responsabilidade do Estado intervencionista. A responsabilidade pública e a “disregard doctrine”. Direito econômico aplicado. Noções gerais das disciplinas vinculadas. Direito e meio ambiente: princípios gerais aplicáveis: direito ambiental, direito minerário, direito agrário. Direito e mercado: princípios gerais aplicáveis. Direito do consumidor e direito concorrencial: o direito econômico e a empresa. Empresas públicas e privadas. A concentração de empresas. Práticas concorrenciais abusivas. A CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A SDE – Secretaria de Direito Econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____, _____. Elementos de direito econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SCAFF, Fernando Facury. Responsabilidade do estado intervencionista. São Paulo: Saraiva.

SOUZA, Washington Albino Peluso de. Direito Econômico. São Paulo: Saraiva.

_____, _____. Primeiras linhas de direito econômico. São Paulo: LTR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NUSDEO, Fábio. Fundamentos para uma codificação do direito econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. Teoria geral do direito econômico. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

TUTELA JURÍDICA DA FLORA E DA FAUNA.

EMENTA: Noções Gerais. Conceito, fundamentos constitucionais e finalidade da Tutela Jurídica da Flora e da Fauna. Legislação pertinente. Tutela Jurídica da Flora e da Fauna e o Direito Ambiental e Urbanístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Editora Saraiva.

FARIAS, Talden. Licenciamento Ambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum.

ZANETTI, Eder. Meio Ambiente – Setor Florestal. Editora Juruá.

_____. Certificação e Manejo de Florestas Nativas Brasileiras.
Editora Juruá.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora Saraiva.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: A gestão ambiental em foco. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MUKAI, Toshio. Direito Ambiental Sistematizado. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NETO, Nicolau de Castro e Costa. Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Belo Horizonte: DelRey.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva.

DIREITO DA CONCORRÊNCIA.

EMENTA: Noções gerais sobre Concorrência. Conceito, origens, fundamentos jurídicos, finalidade. Fundamentos constitucionais. Direito da Concorrência e Direito Empresarial. Concorrência Desleal. Princípios e Regulação. Direito Comparado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. Abuso do direito e concorrência desleal. Editora Quartier latin.

ANTUNES, Luís Miguel Pais. Direito da Concorrência. Editora Almedina.

BRANCHER, Paulo; ZANOTTA, Pedro. Desafios atuais do direito da concorrência. Editora Singular.

FRANCESCHINI, José Inácio G. Direito da Concorrência. Editora Singular.

PEGO, José Paulo Fernandes Mariano. A posição dominante relativa no direito da concorrência. Editora Almedina.

SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Direito da concorrência e obrigação de contratar. Editora Campus.

SANTIAGO, Luciano Solero. Direito da concorrência – Doutrina e jurisprudência. Editora JUSPODIVM

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. Direito da concorrência nas comunidades europeias. Editora Coimbra/Rt.

GABAN, Eduardo Molan; DOMINGUES, Juliana Oliveira. Estudos de direito econômico e economia da concorrência. Editora Jurua.

SILVA, Leandro Novais e. Direito bancário – Regulação e concorrência. Editora Mandamentos.

LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.

EMENTA: Noções gerais. Conceito, origens, classificação e fundamentos da Linguagem e Argumentação Jurídica. Teorias e princípios que regem a Linguagem e a Argumentação Jurídica. Técnicas de Argumentação Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. Editora Landy.

CARRASCO, Maria do Carmo Oliveira. Argumentação jurídica. Editora Letras Jurídicas.

ASENSI, Felipe Dutra. Curso Prático de argumentação jurídica. Editora Campus.

FERNANDEZ, Atahualpa. A argumentação – jurídica e hermenêutica. Imprensa Jurídica.

RODRÌGUEZ, Victor Gabriel. Argumentação jurídica – Técnicas de persuasão e lógica informal. Editora Wnf Martins Fontes

VOESE, Ingo. Argumentação jurídica, teoria, técnica, estratégias. Editora Jurua.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. Lições de argumentação jurídica. Da teoria à prática. Editora Forense.

GRANZINOLI, Cassio Murilo Monteiro. Interpretação e argumentação jurídica. Editora Forense.

MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. Wmf Martins Fontes.

CRIMINOLOGIA.

EMENTA: Criminologia como ciência. Evolução histórica. Criminogênese.

Classificação dos criminosos. Biologia Criminal. Sociologia Criminal. Psicologia Criminal. A sistemática penal e suas mazelas. A Justiça Criminal. Vitimologia. A Criminologia na atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Roque de Brito. Vitimologia. Rio de Janeiro: Forense.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal – Introdução à sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

_____, _____. Novas tendências do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BITTENCOURT, Edgar de Moura. Vítima. São Paulo: Ed. Universitária de Direito.

BRANCO, Vitorino Prata Castelo. Criminologia. São Paulo

CASTRO, Lola Aiyar de. Criminologia da reação social. Rio de Janeiro: Forense.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

MANNHEIM, Hermann. Criminologia comparada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MOLINA, Antonio García-Pablos de. Criminologia - Uma introdução a seus fundamentos teóricos. São Paulo: Revista dos tribunais.

PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKERS, Ronald L.. Criminological theories: introduction and evaluation. Los Angeles - California: Roxbury Publishing Company.

ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense.

ARBEX JR., José & TOGNOLLI, Cláudio Julio. O século do crime. São Paulo: Boitempo Editorial.

FARIAS JÚNIOR. Manual de criminologia. Curitiba: Educa.

KARAM, Maria Lúcia. De crimes, penas e fantasias. Niterói: Luam Ed.

LYRA, Roberto; ARAÚJO, João Marcelo. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, Edmundo Alberto Branco. As vertentes da criminologia crítica. In: Cadernos de Pós-Graduação em Direito, nº 03. Belém: U.F.Pa, 1996.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminologia radical. Rio de Janeiro: Forense.

SOARES, Orlando. Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação o sistema penal. Rio de Janeiro: Revan.

DIREITO PENITENCIÁRIO (DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL)

EMENTA: Noções Gerais Sobre a Execução Penal. Condenado e Internado. Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. Execução das penas em espécie. Execução das medidas de segurança. Incidentes da Execução. Procedimento judicial.

BIBLIOGRFIA BÁSICA

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

GOULART, José Eduardo. Princípios informadores do direito da execução penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MARCÃO, Renato Flávio. Curso de execução penal. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-84. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Mariano. Penas e sistemas repressivos. 2ª edição, Belém: Globo.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Censo penitenciário de 1995. Brasília: Imprensa Nacional.

FRAGOSO, Heleno Cláudio et alli. Direitos dos Presos. Rio de Janeiro: Forense.

KARAM, Maria Lúcia. De crimes, penas e fantasias. Niterói: Luam Ed.

LEÃO, João Batista Klautau. O egresso do sistema penal do Estado do Pará. Monografia. Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação.-Universidade Federal do Pará. Belém - Pa, 1988.

OLIVEIRA, Edmundo. A privatização da prisões. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília: Imprensa Nacional.

_____, _____. O futuro das prisões no mundo. Revista Consulex, nº 20. São Paulo: Editora Consulex, 31-agos-1998.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA – GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Cartilha do agente prisional. Belém: Imprensa Oficial do Estado.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA – GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Manual de procedimento de segurança física das unidades prisionais do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA – GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Técnicas de aperfeiçoamento para pessoal da área penitenciária.. Belém-Pa: Imprensa Oficial do Estado.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan.

SOCIOLOGIA CRIMINAL.

EMENTA: Noções gerais. Conceito, análise, classificação e fundamentos da Sociologia Jurídica. Criminologia e suas vertentes. Sociologia Criminal como vertente da Criminologia. Criminalidade e Fato Social: relação e dinâmica dialética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal – Introdução à sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan.

BITTENCOURT, Edgar de Moura. Vítima. São Paulo: Ed. Universitária de Direito.

BRANCO, Vitorino Prata Castelo. Criminologia. São Paulo

CASTRO, Lola Aiyar de. Criminologia da reação social. Rio de Janeiro: Forense.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes.

MANNHEIM, Hermann. Criminologia comparada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MOLINA, Antonio García-Pablos de. Criminologia - Uma introdução a seus fundamentos teóricos. São Paulo: Revista dos tribunais.

PIERANGELI, José Henrique. Códigos penais do Brasil: evolução histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKERS, Ronald L.. Criminological theories: introduction and evaluation. Los Angeles - California: Roxbury Publishing Company.

ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense.

FARIAS JÚNIOR. Manual de criminologia. Curitiba: Educa.

KARAM, Maria Lúcia. De crimes, penas e fantasias. Niterói: Luam Ed.

LYRA, Roberto; ARAÚJO, João Marcelo. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, Edmundo Alberto Branco. As vertentes da criminologia crítica. In: Cadernos de Pós-Graduação em Direito, nº 03. Belém: U.F.Pa, 1996.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminologia radical. Rio de Janeiro: Forense.

SOARES, Orlando. Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan.

TEMAS EMERGENTES DE DIREITO.

EMENTA: Noções gerais. Conceito de temas emergentes de Direito. Direito e cibernética. Direito e ciência da computação. Direitos dos excluídos. Direito Cibernético. Novos caminhos para o Direito na nova realidade tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Tudo o Que Você Precisa Ouvir sobre Direito Digital no Dia-a-Dia. São Paulo: Saraiva.

REALE, Miguel. Cinco Temas do Culturalismo. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro. Renovar.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. O Papel do Direito Penal no Enfrentamento da Discriminação. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo Cortez.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

TODOROV, Tzevetan. Nós e os outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO.

EMENTA: Noções gerais sobre direito e justiça. Instituições de direito: conceito, classificação e fundamentos. Instituições que regem os vários ramos da ciência jurídica. Classificação das Instituições Jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Roberto. O que é justiça. São Paulo: Alfa Ômega.

BESSA, Paulo. Uma nova introdução ao direito. São Paulo: Renovar.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: EDUNB.

COTRIM, Gilberto. Direito fundamental – Instituições de direito público e privado. Editora Saraiva.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. Editora Saraiva.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. Editora Atlas.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Editora Forense.

REALE, Miguel. Questões de direito público. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Luís Fernando. Teoria da ciência do direito. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUNES, Luiz Antonio. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva.

PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

REALE, Miguel. O direito como experiência. São Paulo: Saraiva.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.

EMENTA: Noções gerais sobre direito e justiça. Conceito de instituições de direito público e de direito privado. Instituições de direito público: conceito, classificação e finalidade. Instituições de direito privado: conceito, classificação e finalidade. Instituições de direito público sob a influência do direito privado. Instituições de direito privado sob a influência do direito público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AGUIAR, Roberto. O que é justiça. São Paulo: Alfa Ômega.
- _____, _____. Direito, poder e opressão. São Paulo: Alfa Ômega.
- BESSA, Paulo. Uma nova introdução ao direito. São Paulo: Renovar.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: EDUNB.
- _____, _____. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos.
- COTRIM, Gilberto. Direito fundamental – Instituições de direito público e privado. Editora Saraiva.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. Editora Saraiva.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. Editora Atlas.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Editora Forense.
- REALE, Miguel. Questões de direito público. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- COELHO, Luís Fernando. Teoria da ciência do direito. São Paulo: Saraiva.
- DINIZ, Maria Helena. Introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
- MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- NUNES, Luiz Antonio. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva.
- PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
- REALE, Miguel. O direito como experiência. São Paulo: Saraiva.

DIREITO DA SANIDADE PÚBLICA.

EMENTA: Noções gerais: conceito, classificação, fundamentos constitucionais e finalidade do Direito da Sanidade Pública. Saúde Pública. Direito da Sanidade Pública: Legislação pertinente e Comparado. Direito da Sanidade Pública e Direito Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA, Rodrigo Siqueira; GOMES, Andréia Patrícia. Perguntas e respostas comentadas de saúde pública. Editora Rubio.

FILHO, Cláudio Bertolli. História da saúde pública no Brasil. Editora Ática.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Bioética e Saúde Pública. Editora Loyola

SCLIAR, Moacyr. Do mágico ao social – Trajetória da saúde pública. Editora SENAC São Paulo.

SILVEIRA, Mário Magalhães. Política nacional de saúde pública – A trindade desvelada: economia-saúde-população. Editora Revan.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUISE, Mônica Steffen. Comércio internacional, patentes e saúde públicas. Editora Jurua.

PAGANO, Ana Cláudia Carvalho. A saúde pública em face do código de defesa do consumidor. Editora Maud.

ROCHA, Aristides Almeida. Saúde pública – Bases conceituais. Editora Atheneu.

DIREITO DO TERCEIRO SETOR.

EMENTA: Noções gerais sobre desporto. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito do Terceiro Setor. Primeiro Setor, Segundo Setor e Terceiro Setor. Organizações sem fins lucrativos. ONGs: legislação pertinente. Direito Comparado. O Direito do Terceiro Setor e outras ramificações do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor: história e gestão de organizações. Editora Summus.

CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. Direito do trabalho no terceiro setor. Editora Saraiva.

BARBIERI, Carla Bertucci, et alli. Aspectos jurídicos do terceiro setor. Editora MP.

FALCÃO, Joaquim. Democracia, direito e terceiro setor. FGV

MÂNICA, Fernando Borges. Terceiro setor e imunidade tributária – Teoria e prática. Editora Fórum.

MOTTA, Paulo Roberto, et alli. Novas idéias em administração. Editora FGV Editora.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Direito do terceiro setor. Editora Fórum.

_____, _____. Terceiro setor, empresas e estado. Editora Fórum.

REGULES, Luís Eduardo Patrone. Terceiro setor: regime jurídico das OSCIPS. Editora Método (Grupo GEN).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MANZIONE, Sydney. Marketing para o terceiro setor. Editora Novatec.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da. Terceiro setor. Editora Malheiros.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor – Criação de ongs e estratégias de atuação. Editora Atlas.

DIREITO DOS DESPORTOS.

EMENTA: Noções gerais sobre desporto. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito dos Desportos. Fundamentos constitucionais. Modalidades esportivas. Direito dos Desportos e Direito Empresarial. Legislação pertinente. Direito comparado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS NETO, S. J. de. O desporto no direito. Doutrina e legislação. Bestbook Editora.

CATEB, Alexandre Bueno. Desporto profissional e Direito de empresa. Editora Juarez de Oliveira.

MIRANDA, Martinho Neves. O direito no desporto. Editora Lumem Juris.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Nuno Barbosa Ricardo. I Congresso de direito do desporto. Editora Almedina.

SENDROVICH, Beny; WERTZ, Rodrigo. Tudo o que você precisa ouvir sobre direito desportivo. São Paulo: Saraiva.

DIREITO DOS TRANSPORTES.

EMENTA: Noções gerais. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito dos Transportes. Fundamentos Constitucionais. Modalidades de transportes: rodoviário, ferroviário, aeroportuário, etc. Direito comparado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Nuno Manuel Castelo-Branco Bastos. Direito dos transportes. Editora Almedina.

CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. Direito regulatório e inovação nos transportes e portos nos Estados Unidos e Brasil. Editora Conceito.

HELDER QUINTAS, Amílcar Martins. Direito dos transportes – Legislação nacional, internacional e comunitária – jurisprudência. Editora Almedina.

OLIVEIRA, Ricardo Wagner Carvalho de. Direito dos transportes – Ferroviários. Editora Lumem Juris.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HAONAT, Ângela Issa. O direito ambiental em face da qualidade de vida. Srs Editora.

DIREITO IMOBILIÁRIO.

EMENTA: Noções gerais. Conceito, origens, natureza jurídica, classificação, função e finalidade do Direito Imobiliário. Fundamentos constitucionais. Legislação pertinente. Direito comparado. Direito Imobiliário e Direito Civil. Direito Imobiliário e Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGHIARIAN, Hércules. Curso de direito imobiliário. Editora Lumem Juris.

ALMEIDA, Washington. Direito imobiliário. Editora Campus.

AMORIM, José Roberto Neves; FILHO, Rubens Carmo Elias. Direito Imobiliário – Questões Contemporâneas. Editora Campus.

CASTRO, Daniel Aureo de. Direito imobiliário. Editora Saraiva.

CERVO, Valter Luís. Direito registral imobiliário. Editora Jurua.

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Teoria e prática do direito imobiliário. Editora Edipro

SALES, Venício Antônio de Paula. Direito registral imobiliário. Editora Saraiva.

SCAVONE, JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito Imobiliário – Teoria e Prática. Editora Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AWAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário – Teoria geral e negócios imobiliários. Editora Renovar.

BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo: Saraiva.

RIOS, Arthur. Manual de direito imobiliário. Editora Jurua.

DIREITO URBANÍSTICO.

EMENTA: Noções gerais: conceito, classificação, fundamentos constitucionais e finalidade do Direito Urbanístico. Direito Urbanístico e Direito Administrativo. Legislação pertinente. Direito Urbanístico: Direito Comparado. Direito Urbanístico e Direito Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edesio. Direito urbanístico – Estudos brasileiros e internacionais. Editora Del Rey.

CARDOSO, Fernanda Lousada. Direito urbanístico. Editora Juspodivm.

COSTA, Carlos Magno Miqueri da. Direito urbanístico – Planejamento urbano – Das constituições aos tribunais luso-brasileiros. Editora Jurua.

MUKAI, Toshio. Temas atuais de direito urbanístico e ambiental. Editora Fórum.

PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico – Plano Diretor e Direito de propriedade. Editora RT.

REIS, Jair Teixeira dos. Direito ambiental e urbanístico. Editora Campus.

VIZZOTTO, Andrea Teichmann. Direito urbanístico. Editora Verbo Jurídico.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Luís Filipe Colaça. Direito Urbanístico – Um outro paradigma: a planificação modesto-situacional. Editora Almeida.

PIRES, Luís Manuel Fonseca. Estudos de direito urbanístico. Editora Letras Jurídicas.

SARNO, Daniela Campos Libório Di. Elementos de direito urbanístico. Editora Manole.

MECANISMOS ALTERNATIVOS DE ACESSO À JUSTIÇA.

EMENTA: Noções gerais. Fundamentos Constitucionais. Formas tradicionais de acesso à justiça. Mecanismos Alternativos de Acesso à Justiça. A assistência judiciária gratuita. Formas alternativas de acesso à justiça no direito comparado. Juizados cíveis e criminais. Arbitragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Márcia Terezinha Gomes. O direito de acesso à justiça e a mediação. Editora Lumen Juris.

CASTILHO, Ricardo dos Santos. Acesso à justiça – Tutela coletiva de direitos pelo Ministério Público – Uma nova visão. Editora Atlas.

CUNHA, Luciana Gross. Juizado Especial – Criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça. Editora Saraiva.

MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça – um princípio em busca de efetivação. Editora Jurua.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. A prática da mediação e o acesso à justiça. Editora Del Rey.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, José Henrique Mouta. Acesso a justiça – efetividade do processo. Editora Jurua.

CIANCI, Mirna. O acesso à justiça e as reformas do CPC. Editora Saraiva.

FONTAINHA, Fernando de Castro. Acesso à justiça – Da combinação de Mauro Cappelletti à realidade brasileira. Editora Lumen Juris.

SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. Acesso à justiça e autonomia financeira do poder judiciário a quarta onda? Editora Jurua.

TEMAS ATUAIS DO DIREITO.

EMENTA: Questões atuais que permeiam o pensamento jurídico. Direito e Internet. Direito cibernético. Direito espacial. Direitos e relações homoafetivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos Jurídicos da Internet. São Paulo: Saraiva.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Tudo o Que Você Precisa Ouvir sobre Direito Digital no Dia-a-Dia. São Paulo: Saraiva.

REALE, Miguel. Cinco Temas do Culturalismo. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro. Renovar.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. O Papel do Direito Penal no Enfrentamento da Discriminação. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo Cortez.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

TODOROV, Tzevetan. Nós e os outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.

EMENTA: Noções gerais. Composição de conflitos: conceito, formas e classificação. Negociação: conceito e finalidades. Conciliação: conceito e finalidade. Mediação: conceito e finalidade. Experiência prática da negociação, conciliação e mediação de conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. Editora Summus.

_____, _____. Mediação de conflitos – Pacificando e prevenindo a violência. Editora Summus

SALES, Lilia Maia de Moraes. Justiça e mediação de conflitos. Editora Del Rey.

_____, _____. Mediação de conflitos. Editora Conceito.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos. Editora Brasiliense.

SOUZA, Luciane Moessa; CASELLA, Paulo Borba. Mediação de conflitos – Novo paradigma de acesso à justiça. Editora Fórum.

SOUZA, Zoraide Amaral de. Arbitragem, conciliação, mediação nos conflitos trabalhistas. LTR.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. Editora Método.

THEODORO, Suzi Huff. Mediação de conflitos socioambientais. Editora Garamond.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHRISPINO, Álvaro; CHRISPINO, Raquel S. P. Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar. Editora Biruta.

NAZARETH, Eliana Riberli. Mediação – O conflito e a solução. Editora Arte Paubrasil.

VEZZULA, Juan Carlos. A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional. Editora Habitus.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

EMENTA: Estudo e pesquisa da análise histórica e desenvolvimento da cultura surda no Brasil e no mundo, seus principais marcos ideológicos, suas lutas e construções históricas através do tempo. Noções lingüísticas de LIBRAS. Teoria de tradução e interpretação. Conteúdos básicos de LIBRAS. Diálogos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filosofia, 1995.

COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe de Língua de Sinais Brasileira. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

COUTINHO, Denise. LIBRAS: língua brasileira de sinais e língua portuguesa (semelhanças e diferenças). 2ª ed, Idéia, 1998.

QUADROS, R. Muller. de. Educação de surdo: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE OFERTA
DAS ATIVIDADES CURRICULARES PELA UNIDADE RESPONSÁVEL**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que a Faculdade de Ciências Sociais tem plenas condições de atuar em conjunto com a Faculdade de Direito-UFPA/Campus Marabá, no sentido de fornecer professores para a citada Faculdade para ministrar as seguintes disciplinas: Economia Política, Metodologia do Trabalho Científico, Sociologia Jurídica, Antropologia Jurídica, e Investigação Científica.

Marabá (PA), 30 de março de 2010.


Prof. Dr. Clóves Barbosa
Dir. Fac. Ciências Sociais
de Araguaia - Tocantins
Port. 1710/2010

ANEXO VIII - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE QUE APROVA O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DO CAMPUS DE MARABÁ



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA**

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N.º , DE..... DE..... DE 2010

EMENTA: Homologa o Parecer n.º que aprova o Projeto do Curso de Direito do Campus de Marabá.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral, considerando o que define o inciso II do artigo 53 da Lei n.º 9.394/96, cumprindo a decisão da Colenda Câmara de Ensino e Graduação (Parecer n.º _____), em sessão realizada no dia _____. De acordo com a delegação de competência do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, em sessão plenária de _____, e em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, aprovado em ___/___/___ pelo CONSEP promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Formar bacharéis em Direito numa perspectiva crítica construtora de uma nova práxis jurídica sedimentada na realidade social do seu tempo, aptos ao exercício da cidadania e da ordem constitucional democrática brasileira, defensores da ética, dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, capacitados, profissionalmente, para atuar nos diversos campos do saber jurídico;

Art. 2º O perfil do profissional pretende formar um bacharel em Direito que assumira uma atitude crítica, filosófica e ética capaz de compreender o mundo e refletir sobre ele numa perspectiva de que ele é um agente transformador, sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do país e da região, primando pelo respeito ao ser humano, principalmente, numa perspectiva emancipatória.

Art. 3º O currículo do Curso de Direito conforme dispõe o art. 4º da Resolução CNE/CES Nº. 9, o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

- leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito;
- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- julgamento e tomada de decisões; e,
- domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Art. 4º O curso de Direito, na organização curricular, segue a seguinte estrutura:

I - Atividades Acadêmicas Curriculares = 3570 h

II - Estágio Curricular Supervisionado= 578 h

III - Disciplinas de TCC= 170 h

IV - Atividades Complementares = 360 h

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade obrigatória e será encaminhada a partir do oitavo bloco, perfazendo uma carga horária total de **170h**, por meio das atividades curriculares Laboratório de Pesquisa Jurídica, Investigação Científica e Monografia Jurídica I e II. O objetivo dessa distribuição é dar condições para que o aluno delimite seu tema, escolha o orientador e desenvolva a pesquisa no decorrer do último ano do curso, a fim de que possa ter maior facilidade na construção da monografia, obrigatória para a obtenção do grau, visto que o objetivo central deste trabalho é possibilitar a síntese e integração de conhecimentos e de

conteúdos adquiridos ao longo do curso, através de produção escrita e apresentação pública, visando a sua atuação profissional. A avaliação do estudante na disciplina será realizada através da avaliação da defesa oral do trabalho, na disciplina Monografia I. Contudo, para que o aluno possa concluir o Curso ele precisa transformar sua monografia em artigo científico, o que será feito em Monografia II.

Esta disciplina é responsabilidade de um único professor. Sua função é estabelecer com o aluno e professor estratégia conjunta para sintetizar a monografia dentro de um formato de artigo completo, entre 10 a 20 páginas. É imperativo que essa disciplina aconteça, obrigatoriamente, logo após a defesa do TCC e antes de ser declarada a finalização oficial do curso. Desse modo, a produção do artigo seria a última atividade obrigatória do aluno e não mais a defesa de TCC. Entende-se que o artigo será de qualidade nestas condições, e constitui uma tarefa que beneficia o interesse do aluno, do orientador e da Faculdade de Direito. A forma como será produzido o artigo, fica, no futuro, a critério da comissão editorial da Revista Monográfica (on line) da Faculdade de Direito de Marabá, que vai auxiliar o professor desta disciplina. A publicação é anual. O fato de existir a revista MONOGRÁFICA não impede a invenção de outras formas de revista e de divulgação no curso de Direito.

O Conselho da Faculdade estabelecerá normas para a realização do TCC pertinentes ao anteprojeto e a defesa, objeto da Monografia Jurídica I.

Art. 6º A duração do Curso será de cinco anos.

Parágrafo Único: O tempo de permanência do aluno no curso não poderá ultrapassar 50% do tempo previsto para a duração do mesmo pela UFPA.

Art. 8º Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído todas as disciplinas do curso

Art. 9º Caberá ao Conselho da Faculdade instituir uma comissão interna para avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico.

Art. 10. A presente resolução entra em vigor a partir de _____, contemplando os alunos ingressantes a partir do ano 2011 ou revogando-se todas as disposições em contrário.